



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Polícia Militar - PM

**PROJETO BÁSICO**

**1. IDENTIFICAÇÃO**

- 1.1. Unidade Requisitante: Polícia Militar de Rondônia (PMRO).  
1.2. Unidade Gestora: 15005 e 15015 (FUMRESPOM)  
1.3. Unidade Gestora do Processo: Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (CPOF).  
1.4. Unidade Demandante: 11º Batalhão de Polícia Militar.  
1.5. Processo: 0021.068380/2020-93

**2. DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL**

- 2.1. Este documento foi elaborado a partir da análise da viabilidade técnica e econômica de estratégias de contratação, contendo os elementos necessários e suficientes, e, com nível de precisão adequados, para caracterizar o objeto da contratação de forma clara e suficiente, possibilitando a avaliação de custos e a definição dos métodos e prazos de execução.  
2.2. Aplica-se a este procedimento o disposto na Lei Federal 14.133/21 e no Decreto Estadual 28.874/2024, além das demais disposições legais, no que couber, como condições iniciais para a contratação de obras e serviços de engenharia pela Administração Pública, para permitir, inclusive, a fiscalização da execução e o recebimento do objeto contratado.  
2.3. Nos termos do art. 45, inciso IV, do Decreto Estadual nº 28.874/2024, manifesta-se que será aplicado o tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006 ao presente certame, em benefício de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP). Serão observadas as disposições dos art. 42 a 49 da LC nº 123/2006, inclusive quanto ao empate ficto e prazos para regularização fiscal.  
2.4. O presente Projeto Básico apresenta o conjunto de elementos que nortearão o procedimento, desde a fase que se iniciou com os estudos preliminares, até a assinatura, gestão e fiscalização do contrato.

**3. DO OBJETO**

- 3.1. O presente Projeto Básico tem por objeto a contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para execução da obra de reforma e ampliação da sede do quartel do 11º Batalhão de Polícia Militar.  
3.2. No caso concreto, trata-se de serviço comum de engenharia.

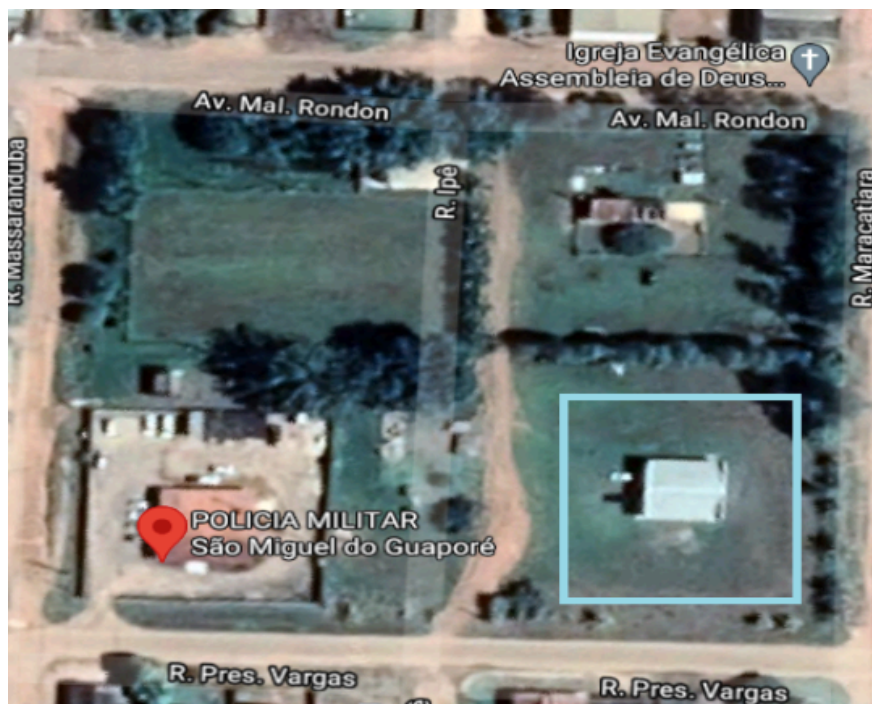
**4. DO OBJETIVO**

- 4.1. O presente projeto tem como objetivo a reforma e ampliação da nova sede do Quartel da Polícia Militar de Rondônia, localizado no município de São Miguel do Guaporé, Rondônia, localizado na Av. Presidente Vargas, Nº 1285, Bairro Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO, 76.932-000 - RO. Trata-se de edificação para uso institucional de fundamental importância, pois além de proporcionar as condições ideais e salubres de trabalho aos policiais militares que desempenharão suas atribuições, atenderão aos usuários dos serviços prestados e garantirá para a Polícia Militar de São Miguel do Guaporé estruturas físicas adequadas.  
4.2. Além disso, a construção do quartel de Polícia Militar de São Miguel do Guaporé é de extrema relevância, pois será edificada em terreno próprio pertencente ao Governo do Estado de Rondônia.

**5. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 5.1. Quartel do 11º Batalhão de Polícia Militar, localizada na Av. Presidente Vargas, nº 1285, Bairro Cristo Rei, São Miguel do Guaporé, 76.932-000 - RO, Quadra 41, Setor 04.

Figura 01 - Localização da obra  
Local de implantação da obra no terreno



Fonte: Google Earth

## 6. DAS PLANTAS

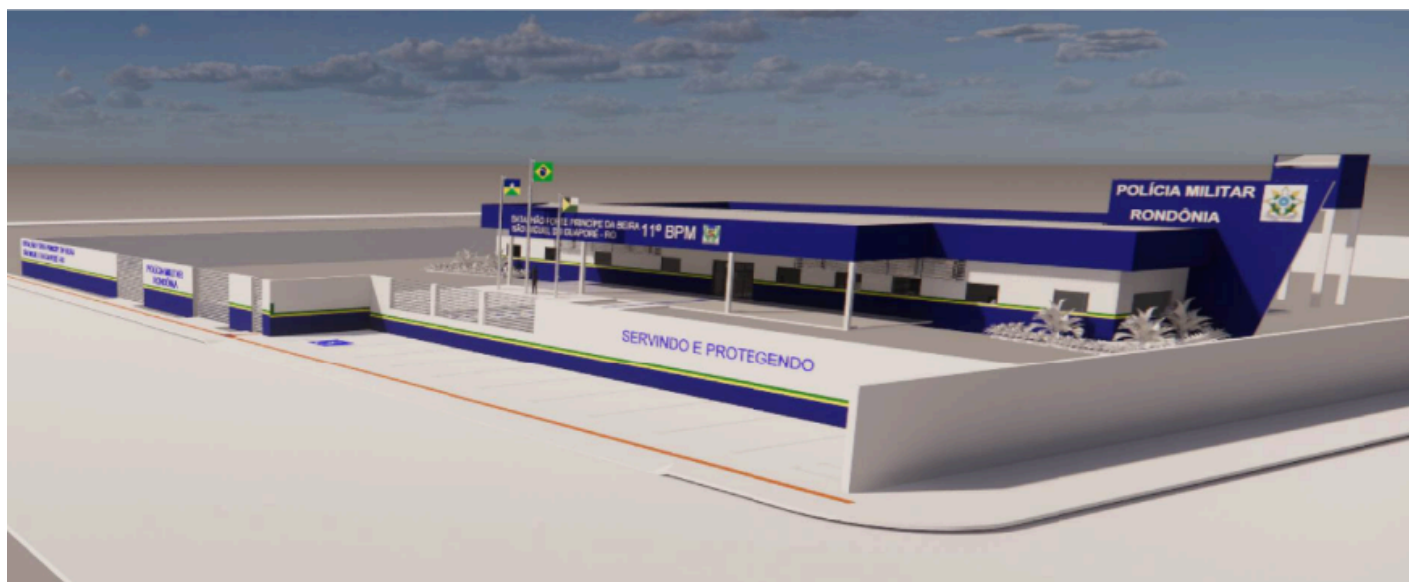
### 6.1. Planta de Locação da obra:

Planta de Locação



Fonte: Projeto Arquitetônico

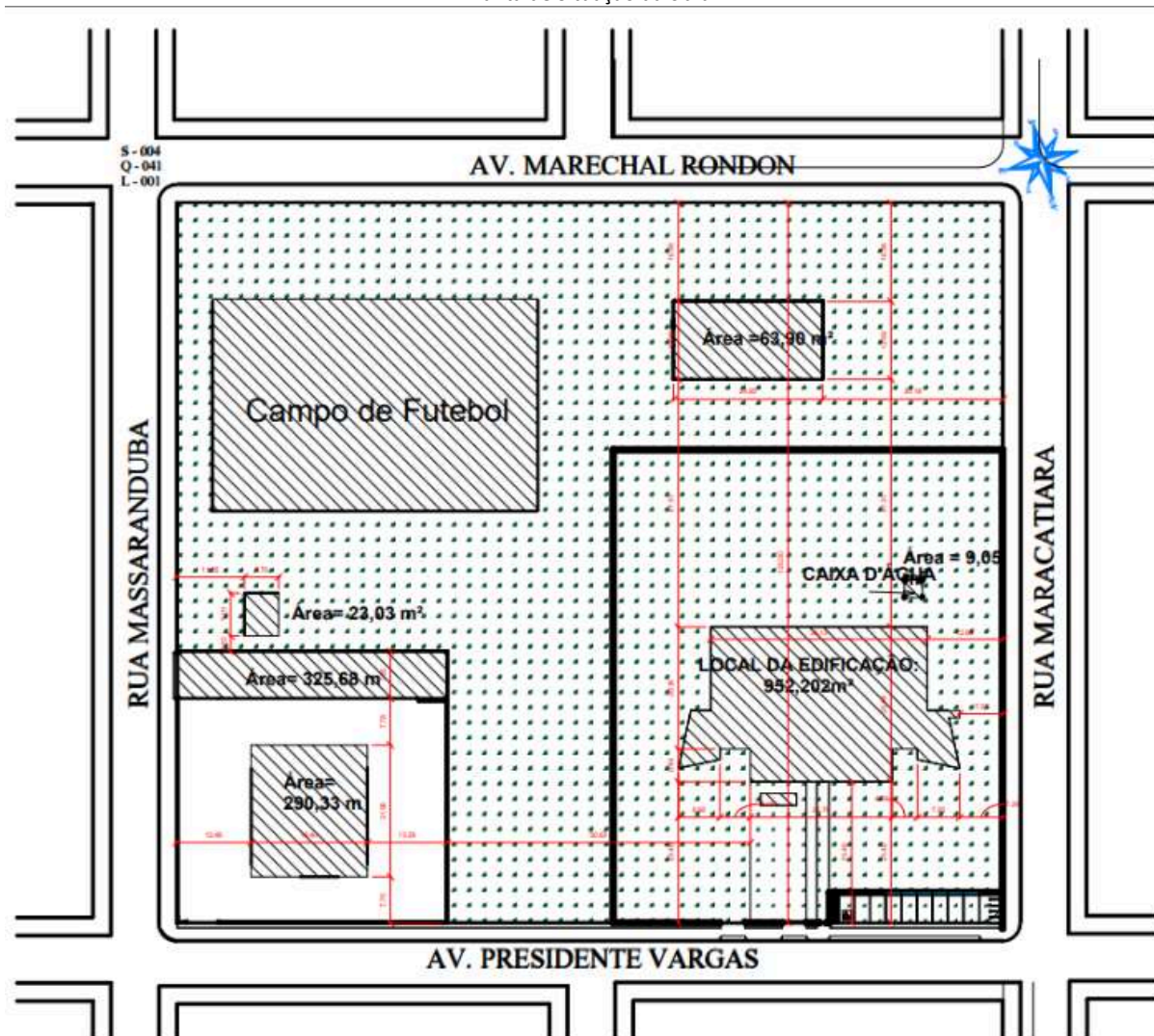
Planta de Locação



Fonte: Projeto Arquitetônico

## 6.2. Planta de Situação:

Planta de Situação da obra

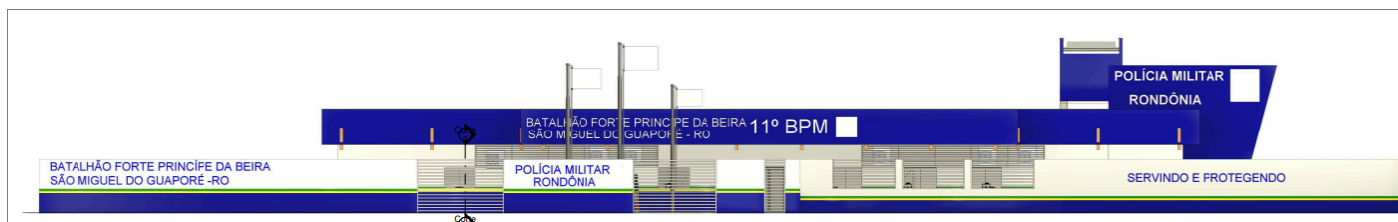


Fonte: Projeto Arquitetônico

## 6.3. Fachada externa:

Faixa Externa

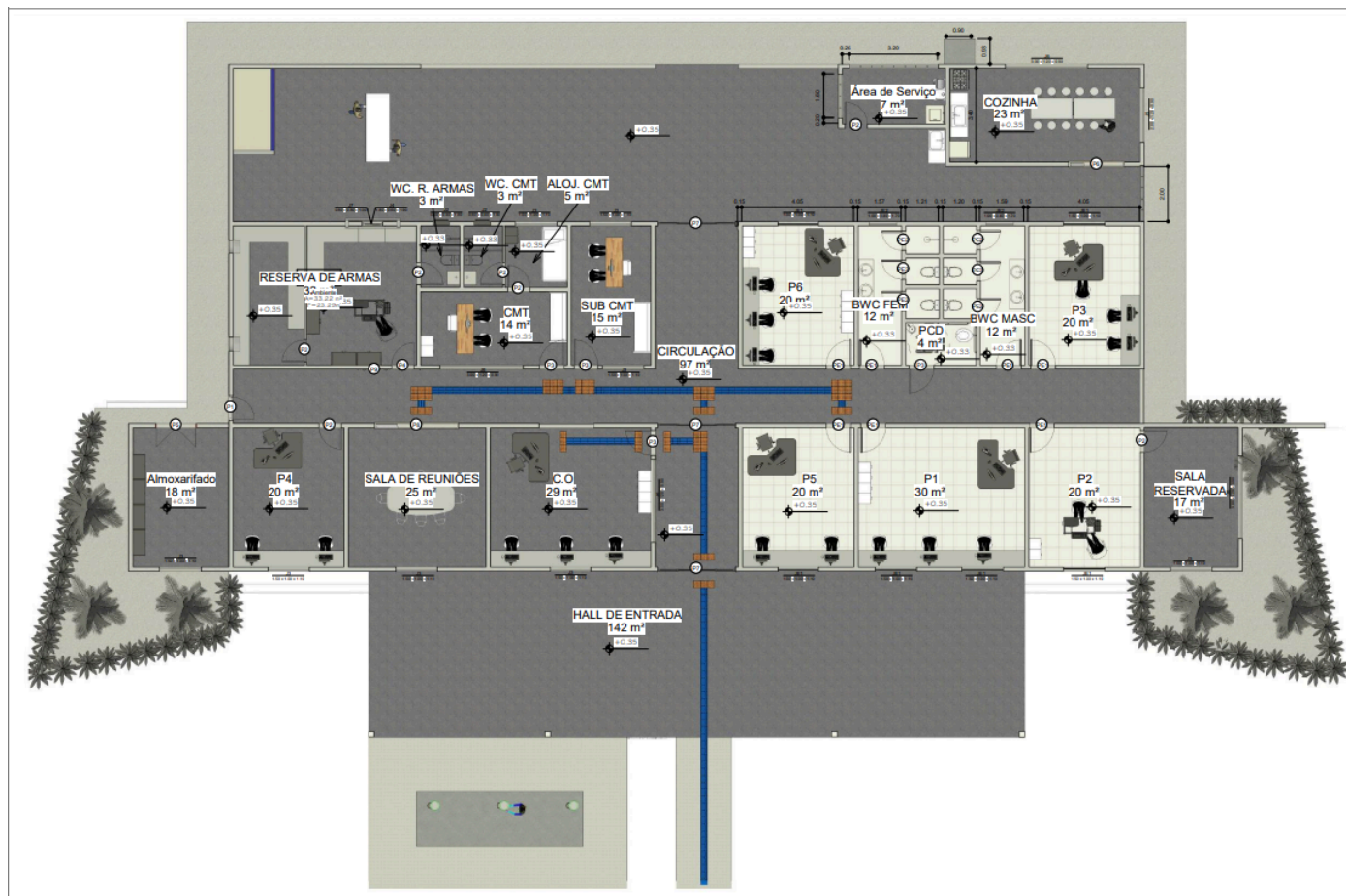




Fonte: Projeto Arquitetônico

#### 6.4. Planta Layout:

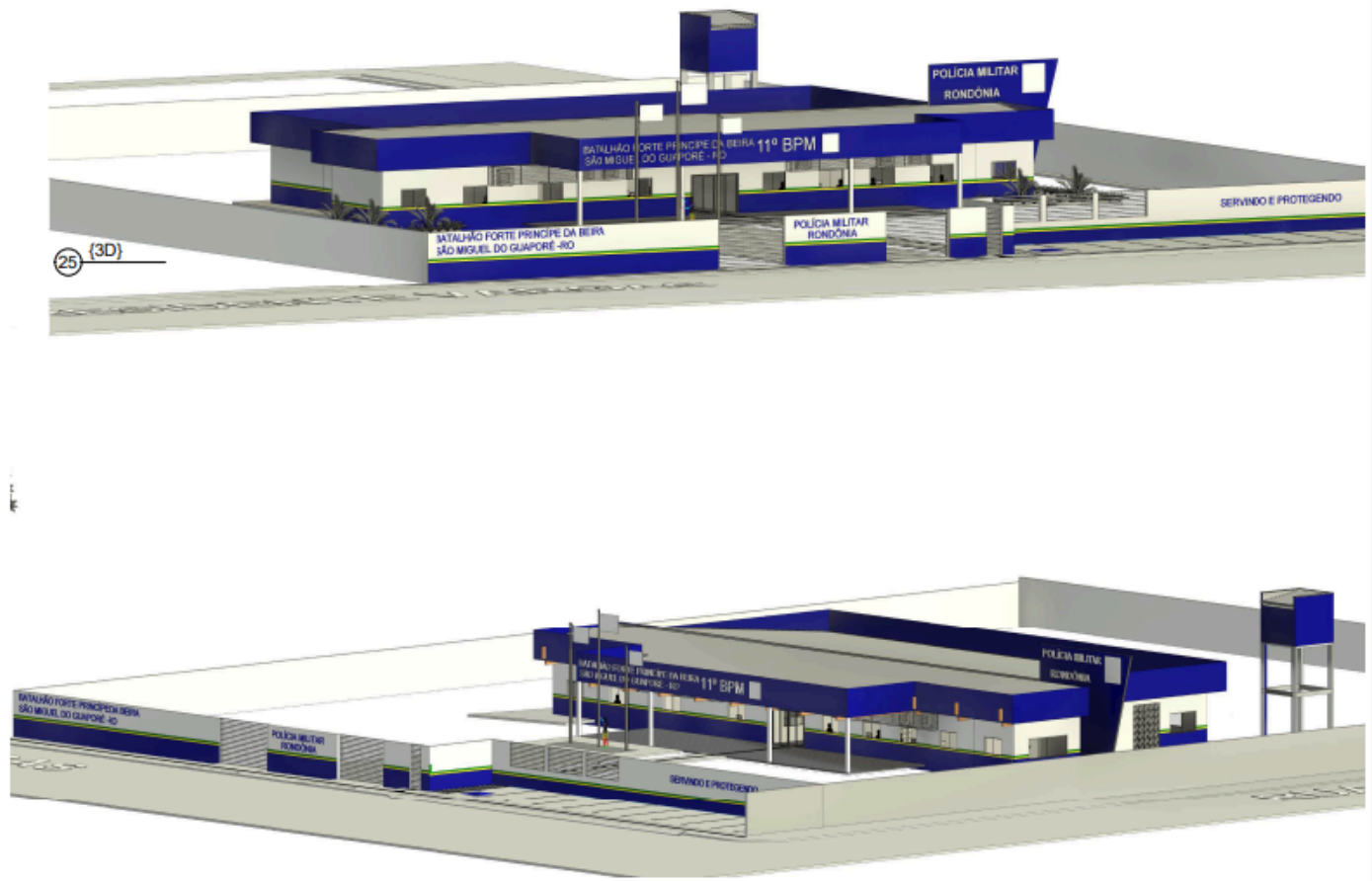
Planta Layout da edificação



Fonte: Projeto Arquitetônico

#### 6.5. Perspectiva 3D da Edificação:

3D



Fonte: Projeto Arquitetônico

## 7. DOS SERVIÇOS

7.1. Todas as peças técnicas que compõem este Projeto Básico estão em conformidade com as normas específicas vigentes da ABNT, incluindo a Lei nº 13.146/2015, NBR 6492/1994, NBR 15215/2005, NBR 15575/2013, NBR 16537/2016 e NBR 9050/2020, que regulam os serviços de construção civil. Adicionalmente, serão observadas quaisquer outras normas que se fizerem necessárias, conforme a disciplina ou temática envolvida.

7.2. A execução dos serviços de construção obedecerá rigorosamente aos projetos e materiais especificados, esclarecimentos adicionais deverão ser solicitados à fiscalização. Nenhuma modificação poderá ser feita no projeto sem consentimento por escrito, da fiscalização e dos autores do projeto.

7.3. O objetivo desta especificação tem por objetivo descriminar os serviços e materiais a empregar, justificando o projeto executado e orientando a execução dos serviços na obra. A execução da obra, em todos os seus itens, deve obedecer rigorosamente aos projetos, seus respectivos detalhes e as especificações, em caso de divergências devem ser ouvidos os respectivos autores e a fiscalização.

7.4. Todos os materiais a serem empregados deverão obedecer às especificações dos projetos e memorial da obra. Na comprovação da impossibilidade de adquirir e empregar determinado material especificado deverá ser solicitada sua substituição, condicionada à manifestação do Responsável Técnico pela obra. A substituição de materiais especificados por outros equivalentes pressupõe, para que seja autorizada, que o novo material proposto possua, comprovadamente, equivalência nos itens qualidade, resistência e aspecto.

7.5. Em disposições gerais, os serviços a serem executados compreendem:

7.5.1. Administração local e taxas - Coordenação geral da equipe de obra, gestão de cronogramas e recursos. O encarregado deve garantir que a execução dos serviços esteja em conformidade com o cronograma, qualidade e segurança previstos no projeto;

7.5.2. Instalações do Canteiro de Obras - A limpeza do terreno deverá ser executada dentro da mais perfeita técnica, tomando os devidos cuidados de forma a se evitar danos a terceiros. A limpeza do terreno compreenderá os serviços de capina, limpeza, roçado e remoção de vegetação até 1,00 metro, respeitando a permanência de quaisquer espécies protegidas por lei, que porventura existam no terreno, considerada vegetação rasteira, com instrumento manual, de forma a deixar a área livre para receber as instalações e a locação da obra. Ficam a cargo da empresa, todas as providências e despesas correspondentes às instalações provisórias da obra, compreendendo o aparelhamento, maquinário e ferramentas necessárias à execução dos serviços contratados. Deverão ser providenciados no local da obra: instalação elétrica, instalação de água, galpão de depósito de materiais, escritório e sanitários para os funcionários, acessos livres para entrega de materiais, segurança. Cabe a Contratada proceder a retirada periódica dos entulhos que se acumularem no canteiro de obra, pelo tempo que durar a obra, levando-os para locais determinados pelo poder público. A retirada de entulhos deve seguir normas específicas: a LEI 12305/2012 e CONAMA 307/2002. Será procedida a periódica remoção de todo o entulho e detritos que venham a se acumular no terreno, no decorrer da obra. O destino de todos os materiais dados como entulho será de responsabilidade da empresa executora da obra, que deverá

acondicionar, transportar e dispor de acordo com as leis e necessidades do município. Uso obrigatório de Equipamento de Proteção Individual (EPI);

7.5.3. Placa de obra - Deverá a empresa instalar uma placa de obra para construção civil em chapa de aço galvanizado nº. 22, adesivada, de 2,0 x 1,125 m, onde constem as informações da obra e de seus profissionais envolvidos;

7.5.4. Locação da obra - Após os serviços de limpeza do local, a obra deverá ser locada de acordo com o Projeto de Arquitetura, sendo providenciadas as aferições das dimensões dos alinhamentos, dos ângulos e de quaisquer outras indicações constantes do projeto com as reais condições encontradas no local;

7.5.5. Fornecimento e instalação de tapume - Colocação de tapume visando a segurança orgânica da edificação. Tapume de telha trapezoidal em aço zincado, sem pintura, altura de aproximadamente 40 mm, espessura de 0,50 mm e largura útil de 980mm, altura do fechamento 1800mm. Instalado somente nas áreas perimetrais da edificação com afastamento de 5 metros da mesma, perfazendo uma área perimetral de 85,84 metros;

7.5.6. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) - Emissão de Registro de Responsabilidades Técnica (ART), junto ao CREA, dos profissionais envolvidos na execução do projeto, em conformidade com a Lei nº 6.496/77, que regulamenta as responsabilidades técnicas dos profissionais envolvidos na execução do projeto;

7.5.7. Demolições, Retiradas e Remoções - Remoção da platibanda - A remoção de platibanda demolição de alvenaria de bloco furado, de forma manual, sem reaproveitamento, 49, 14m<sup>2</sup> x 2= 98,28m<sup>2</sup>; Demolição de Paredes - Está prevista a demolição de alvenarias de tijolos de concreto conforme projeto de Demolir/Construir. Demolição de paredes na quantidade de 1,89m<sup>2</sup>, para retirada da porta do banheiro do PCD para posterior relocação; A retirada de 4,60m<sup>2</sup> de parede para instalação do painel de vidro na circulação, Remoção de 1,89m<sup>2</sup> de parede para instalação da porta da sala reservada; Serviços remoção de alvenaria de bloco furado, de forma manual, sem reaproveitamento, 8, 38m<sup>2</sup>; Remoção de Revestimentos - Os revestimento cerâmico do banheiro PCD e do corredor existente, deverão ser demolidos cuidadosamente, sem reaproveitamento, de forma mecanizada com martelinhos, ou com a utilização de ferramentas adequadas de modo a não danificar as instalações e equipamentos existentes no local. O material deverá ser transportado para local conveniente e posteriormente retirado da obra como entulho; Remoção da Trama do Telhado - Desmanche da cobertura com telhas onduladas, sem reaproveitamento. As telhas de fibrocimento e as peças de madeira deverão ser retiradas cuidadosamente, transportadas e armazenadas em local apropriado. Remoção de tesouras de madeira, com vão maior ou igual a 8m, de forma manual, sem reaproveitamento. É proibido o lançamento em queda livre de telhas onduladas. É proibido o trabalho em telhados durante períodos de chuva ou vento fortes; Remoção do Forro - A remoção de forros de drywall, pvc e fibromineral, de forma manual, sem reaproveitamento. Deverão ser tomadas medidas adequadas para proteção contra danos aos operários, aos transeuntes e observadas as prescrições na NR 18; Remoções gerais - Remoção de cabos elétricos, de forma manual, sem reaproveitamento, remoção de interruptores/tomadas elétricas, de forma manual, sem reaproveitamento, remoção de louças, de forma manual, sem reaproveitamento (vaso sanitário PCD), remoção de louças, de forma manual, excepcional com reaproveitamento da pia e bancada do banheiro PCD;

7.5.8. Fundações - As fundações serão executadas conforme projeto estrutural, devendo este ser realizado na sua íntegra e fiel concepção durante a execução. Para perfeita verificação do comportamento das fundações poderão ser exigidos, a critério da Fiscalização, provas de cargas, responsabilizando-se o empreiteiro pelo custo das mesmas. Quando for necessária a passagem de tubulações atravessando as vigas de fundações, deverão ser deixadas esperas com diâmetro superior ao da tubulação. A colocação das esperas não deverá atingir a ferragem longitudinal inferior da viga;

7.5.9. Estrutura - O sistema adotado é composto de elementos estruturais em concreto armado, FCK=25 MPA. Para informações adicionais sobre os materiais empregados, dimensionamento e especificações, deverá ser consultado o Memorial Descritivo do Projeto Estrutural.

7.5.10. Impermeabilização - A impermeabilização de estruturas enterradas, deverá ser feita com tinta asfáltica, em duas demãos nas partes da construção (tanto em concreto quanto em alvenaria) que estiverem em contato com o solo. As superfícies a serem pintadas deverão estar completamente secas, ásperas e despenhadas. Deverão ser aplicadas a brocha ou vassourão, uma demão de penetração (bem diluída) e duas de cobertura, após a completa secagem da anterior. Os respaldos de fundação, a menos de orientação contrária da fiscalização, deverão ser impermeabilizados na face superior das alvenarias de embasamento, descendo até as sapatas e/ou blocos em cada uma das faces laterais;

7.5.11. Paredes - As alvenarias, vedações, divisórias, fechamentos diversos, serão iniciados após a execução total das estruturas, ou logo após as mesmas atingirem a resistência de projeto, de acordo com programação constante do projeto estrutural. Os pontos principais a cuidar na execução são: prumo, alinhamento, nivelamento, extremidades e ângulos. As vedações são em alvenaria de blocos cerâmicos de 9x14x19cm, com 6 furos na horizontal, de primeira qualidade, secos e padronizados, respeitando-se os padrões técnicos necessários para uma boa segurança, durabilidade e conforto ambiental, com vãos e argamassa de assentamento A-14 Traço 1:2:8 (de cimento, cal hidratada em pó, areia fina e média lavada peneirada em partes iguais) para emboço/massa única/assentamento de alvenaria de vedação com preparo manual. O chapisco aplicado em alvenarias e estruturas de concreto internas, serão com argamassa A-3 Traço 1:3 de cimento e areia lavada seca com preparo manual. Os traços de argamassas serão adotados, conforme o fim a que se destinarem, definidos pelos seus traços volumétricos. Deverão ser observados todos os procedimentos de controle de qualidade preconizados na NBR 7171/1992 (desvios em relação ao esquadro, planeza das faces, determinação das dimensões, e outras pertinentes). Deverão ser observadas as seguintes recomendações, relativas à locação: Paredes internas e externas sob vigas deverão ser posicionadas dividindo a sobra da largura do bloco (em relação à largura da viga) para os dois lados; caso o bloco apresente largura igual ou inferior a da viga, nas paredes externas alinhar pela face externa da viga. Seu assentamento será feito em meia vez, espessura de 9cm, com argamassa mista traço 1:2:8 com espessura entre 1,0 cm a 1,5 cm e mão de obra esmerada, sem juntas abertas, com os pés direitos, espessura e alinhamento conforme indicar o projeto. Deve-se reforçar o bloqueio à umidade ambiente e ascensão higroscópica, empregando-se argamassa com aditivo impermeabilizante nas três primeiras fiadas de tijolos, devem ser assentes com argamassa A-4 Traço 1:4 de cimento e areia lavada

seca com acréscimo de aditivo impermeabilizante de 1ª qualidade, em proporção de 1:15 com a água de amassamento, ou nas proporções indicadas pelo fabricante;

7.5.11.1. Paredes externas - Chapisco: Todas as paredes externas deverão ser chapiscadas com argamassa mista de cimento e areia grossa úmida no traço 1:3 para chapisco convencional; Emboço externo - As paredes externas, após receberem o chapisco, serão emboçadas com massa única em argamassa traço 1:2:8, preparo mecânico com betoneira 400l, aditivada com impermeabilizante aplicada manualmente, espessura de 20mm, com execução de taliscas. A argamassa deverá ser aplicada com camada de espessura uniforme;

7.5.11.2. Paredes Externas (Fachada Frontal) - Brises: A fachada frontal conforme projeto terá na sua concepção, a instalação de 02 (dois) sistema de brise metálico horizontal, constituído por painéis com cantos arredondados fixados aos porta painéis por solda. Os painéis serão dispostos em forma horizontal, com chapas de dimensões; espessura 5mm chapa 3/16, largura 150 mm, comprimento conforme dimensionamento do vão da parede, finalizado com pintura em tinta para metal na cor branca, com pré aplicação de demão de fundo em zarcão. A fachada frontal terá a identificação da unidade, dispostas em placas em ACM, cantoneiras e estrutura de fixação, conforme locais definidos em Projeto Arquitetônico. Com as letras nas dimensões: 11º BPM – 0.70 cm, Polícia Militar de Rondônia - 0.45 cm; Alvenaria de Elementos Vazados de Concreto (cobogós) - Peças pré-fabricadas em concreto com 16 furos, alvenaria de vedação com elemento vazado de cerâmica (cobogó) de 7x20x20cm (profundidade, largura e altura) e argamassa de assentamento com preparo em betoneira, de primeira qualidade, leves, com as faces planas, e cor uniforme;

7.5.11.3. Paredes Internas - Chapisco: Todas as paredes internas deverão ser chapiscadas com argamassa mista de cimento e areia grossa úmida no traço 1:3 para chapisco convencional. Emboço: As faces internas de paredes, serão emboçadas com massa única em argamassa A-14 Traço 1:2:8, preparo mecânico com betoneira 400l, aditivada com impermeabilizante aplicada manualmente, espessura de 20mm, com execução de taliscas. A argamassa deverá ser aplicada com camada de espessura uniforme ficando as paredes prontas para receber a pintura. Cal fino: Após a conclusão de emboço, as paredes receberão acabamento de cal fino desempenado, ficando prontas assim para receber a pintura;

7.5.11.4. Emassamento e Pintura - Paredes Internas: Deverá haver aplicação manual de duas demãos e lixamento de massa látex. Após, receberão a aplicação de uma demão de um fundo selador látex PVA. As paredes deverão receber quantas demãos de tinta forem necessárias para cobrir e equalizar a pintura, a tinta será látex PVA premium na cor branco fosco, conforme detalhamentos e especificações das fachadas. 11.3.2 Paredes Externas: Deverá haver aplicação manual de duas demãos de massa acrílica nas paredes externas e lixamento posterior. Após, receberão a aplicação de uma demão de um fundo selador acrílico. As paredes deverão receber quantas demãos de tinta forem necessárias para cobrir e equalizar a pintura, a tinta será acrílica látex premium, nas cores branco fosco e azul marinho fosco, conforme detalhamentos e especificações das fachadas;

7.5.12. Cobertura - As coberturas deverão ser executadas de acordo com todas as recomendações do fabricante, sendo que serão refugadas todas as telhas com defeitos e demais peças ou acessórios com defeitos que comprometam os futuros sistemas de coberturas. O tipo de madeira a ser utilizada na confecção das meias-tesouras deverá ser do tipo massaranduba, angelim ou na falta dessas, poderá substituir pelo tipo faveira ferro e/ou equivalente da região-bruta;

7.5.12.1. Estrutura e Telhamento: O telhado será estruturado conforme descrito no projeto arquitetônico, constituído na área da edificação principal em madeira. O telhamento com telha ondulada de fibrocimento e = 6 mm, 2,44 x 1,10 m (sem amianto), com recobrimento lateral de 1/4 de onda, com inclinações de 10% conforme planta de cobertura, seguindo o caimento previsto e especificado no projeto arquitetônico. Previsão de instalação de cumeeira universal para telha ondulada de fibrocimento e = 6 mm, aba 210 mm, comprimento 1100 mm (sem amianto). As tesouras de madeira que compõem a trama do telhado, serão dispostas conforme indicação do projeto, porém suas disposições podem ser flexibilizadas para adequação as normas, bem como, para questões orçamentárias, neste último quesito, desde que continuem atendendo as NBR's;

7.5.12.2. Calhas, Rufos e Condutores: as calhas serão em chapa quadrada de aço galvanizado número 24, desenvolvimento de 33 cm, incluso transporte vertical. Os rufos interno/externo serão em chapa de aço galvanizado número 26, corte de 33 cm, incluso içamento. Como condutores verticais estão previstos chapa galvalume 0,43mm ou 28gsg - dimensão 10x6cm de extensão instalada. Deverão ser colocados rufos em todos os encontros de paredes com o telhado, onde não houver a inclinação do telhado, e calhas onde existir a inclinação da cobertura, e nas paredes expostas deverão ser colocados rufos/pingadeiras. Deverá ser utilizado selante elástico monocomponente a base de poliuretano para uma perfeita vedação das juntas de paredes e rufos. Todos os objetos desse item devem ser executados conforme planta de cobertura e projeto hidrossanitário.

7.5.13. Esquadrias - As esquadrias (janelas e portas) serão de alumínio anodizado, fixadas na alvenaria, em vãos requadrados e nivelados com contramarco. O fornecimento das esquadrias compreende todos os materiais e pertences a serem instalados e seu perfeito funcionamento, inclusive todas as ferragens necessárias, todos de qualidade extra e com acessórios e demais peças indicadas pelos fabricantes. Os desenhos básicos, dimensões aproximadas e as especificações particulares das esquadrias, encontram-se no detalhamento do projeto arquitetônico, e caso não estejam contempladas no mesmo seguir as orientações do memorial descritivo, dos projetistas e/ou da fiscalização. As medidas indicadas nos projetos deverão ser conferidas nos locais de assentamento de cada esquadria ou similar metálico, depois de concluídas as estruturas, alvenarias, arremates e enchimentos diversos e, antes do início da fabricação das esquadrias. Janelas em paredes de alvenaria exigem reforços estruturais, vergas - sobre o vão - e contravergas - abaixo da abertura, que melhoram a distribuição de cargas, evitam o aparecimento de trincas e impedem esforços sobre as esquadrias. Serão colocadas vergas nos paramentos de alvenaria e que deverão ser em concreto armado, com seção e armaduras devidamente dimensionadas, sobre os vãos de portas que não estejam imediatamente sob vigamento, excedendo-se 20 cm de cada lado ou em todo o vão entre estruturas, ou engastadas em estrutura. Todos os vãos das janelas outras esquadrias com nível de peitoril acima do piso receberão uma segunda verga, imediatamente sob a abertura, excedendo no mínimo 50 cm de cada lado ou em todo o vão entre estruturas, e devidamente dimensionadas;

7.5.13.1. Portas - As portas deverão obedecer quantitativos, especificações e instalações conforme tabela de portas, projeto arquitetônico, estrutural, planilha orçamentária e manuais técnicos dos fabricantes. Deverão ser mantidas as soleiras em granito quartzo no piso da edificação existente. As portas de vidro serão em vidro temperado incolor, espessura 10mm. Suas esquadrias em

alumínio serão fixadas através da introdução de mangueira plástica transparente. As chapas de vidro serão fornecidas nas dimensões previamente medidas nas esquadrias evitando-se sempre que possível o corte na obra. Após a sua colocação, todas as chapas serão marcadas com um "x" pintado com tinta lavável, para alertar os operários contracheques. As chapas serão inspecionadas no recebimento quanto à presença de bolhas, lentes, ondulações, fissuras, manchas e defeitos de corte. As chapas serão assentadas com folga mínima de 2 mm em cada lado, não sendo aceitas chapas fixadas sob tensão, comprometendo sua resistência à ruptura. Antes do assentamento dos vidros, os caixilhos e esquadrias deverão ser inspecionadas quanto à rigidez, à segurança, às deformações, de forma a não transmitirem esforços para as chapas;

7.5.13.2. Janelas - As esquadrias das janelas externas deverão obedecer quantitativos, especificações e instalações conforme tabela de janelas, projeto arquitetônico, estrutural, planilha orçamentária e manuais técnicos dos fabricantes. Todas as janelas deverão possuir peitoris em granito quartzo com pingadeiras. Os peitoris em granito deverão ser instalados abaixo dos caixilhos das esquadrias de alumínio, placas de 2 cm de espessura, polidas em todas as faces aparentes e acabamento bizotado. Sempre que possível, os caixilhos serão colocados, faceando o parâmetro interno das paredes, de modo a eliminar o peitoril interno, subsistindo apenas o peitoril externo, caso não seja possível deverá ser executado peitoril interno e externo. Deverão ser deixadas as pingadeiras necessárias aos peitoris. As esquadrias serão de alumínio na cor natural, fixadas na alvenaria, em vãos requadrados e nivelados com o contramarco. Os perfis em alumínio natural variam de 3 a 5 cm, de acordo com o fabricante. A colocação das peças deve garantir perfeito nivelamento, prumo e fixação, verificando se as alavancas ficam suficientemente afastadas das paredes para a ampla liberdade dos movimentos. Observar também os seguintes pontos: Para o chumbamento toda a superfície do perfil deve ser preenchida com argamassa de areia e cimento. No momento da instalação do caixilho propriamente dito, deve haver vedação com mastique nos cantos inferiores, para impedir infiltração nestes pontos. Serão instalados 02 (duas) unidades de painéis fixos de vidro temperado com 10 mm, encaixado em perfil U. O caixilho que vai receber o vidro deverá ser suficientemente rígido para não se deformar. A chapa de vidro deverá ser colocada de tal modo que não sofra tensões suscetíveis de quebrá-la. O vidro deverá atender às condições estabelecidas na NBR 11706 Vidros na construção civil e ter sua espessura determinada de acordo com a NBR 7199.

7.5.14. Piso: Pisos Internos - Contrapiso: Deverá ser executado contra piso, lastro de concreto magro, aplicado em pisos, lajes sobre solo ou radiers, espessura de 3 cm, traço 1:4,5:4,5 (em massa seca de cimento/areia média/brita 1) - preparo mecânico com betoneira 600 l, e argamassa traço 1:4 (cimento e areia), em betoneira 400 l, espessura 4 cm áreas secas e áreas molhadas sobre laje e 3 cm áreas molhadas sobre impermeabilização, para edificação habitacional unifamiliar(casa) e edificação pública padrão;

7.5.14.1. Regularização de base para piso granilite: A regularização de base para revestimento de piso será executada em todos os ambientes que irão receber piso granilite monolítico, os quais são: circulação e toda a ampliação da edificação, com emprego de argamassa de cimento e areia sem peneirar no traço 1:3, obtendo uma superfície desempenada e bem nivelada com declividade mínima de 0,5% em direção aos ralos. A execução do piso deve estar de acordo com o projeto de arquitetura, atendendo também às recomendações da NBR-9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaço e equipamentos urbanos, sendo sua espessura final de 12mm;

7.5.14.2. Piso Granilite Monolítico: Deverão ser instalados pisos granilite monolítico com borda retificada dimensões 45x45cm em todos os ambientes internos, exceto nos banheiros, que serão instalados pisos cerâmicos esmaltados com borda retificada dimensões 50x50cm que requerem resistência ao escorregamento, assim, o piso será antiderrapante, tendo coeficiente de atrito maior ou igual a 0,4, atendo a NBR 15575. Serão assentados com argamassa colante tipo AC I, juntas a prumo e rejuntados com massa para rejunte na espessura adequada para a cerâmica especificada;

7.5.14.3. Rodapé em marmorite: Executar os rodapés com altura de até 10,00 cm, em ângulos de 90°, em relação ao piso, embutido, dando o polimento manualmente. O acabamento dos rodapés deve ser igual ao do piso em granilite; deve ser polido para receber duas demãos de resina acrílica alto brilho;

7.5.14.4. Revestimento Cerâmico para Paredes Internas: Com placas tipo esmaltada extra de dimensões 33x45cm, com colocação nas áreas molhadas à uma altura máxima de 1,40cm, alocadas na horizontal, aplicadas no banheiro PCD, lavabo externo e área de serviço, e com colocação à uma altura máxima de 3 metros nos banheiros da sala do Comandante e da reserva de armamento, bem como na área da cozinha (parede onde será instalada a pia). Deverão ser assentados com argamassa colante tipo AC I e rejuntados com massa para rejunte na espessura adequada para a cerâmica especificada;

7.5.14.5. Pisos Externos (calçadas): As calçadas (passeio) serão em concreto convencional (não armado) com espessura de 5 cm, sendo a execução moldadas in loco.

7.5.15. Instalação de forro - Em todos os ambientes internos (exceto reserva de armamento) conforme planta de forro da arquitetura, todo o forro será executado com painéis de gesso acartonado de espessura 12,5 mm. Não será permitida em nenhuma hipótese a fixação do forro nas redes de ar-condicionado, de eletricidade ou qualquer outra. Toda sustentação do forro deverá ser executada através de estrutura auxiliar, laje do teto, conforme recomendação de projeto. O forro deverá ser pintado com tinta tipo látex PVA acabamento fosco cor branca sobre massa corrida. Na instalação do forro, devem ser verificados todos os detalhes previstos no projeto, por meio de locação prévia dos pontos de fixação dos pendurais, as posições das luminárias, juntas de movimentação etc. Os serviços devem ser iniciados após a conclusão e teste dos sistemas de impermeabilização, instalações elétricas, hidráulicas, de ar-condicionado etc. Os revestimentos de paredes, os caixilhos e demais elementos que possam causar interferência ao forro também devem estar concluídos. As superfícies metálicas que possam entrar em contato com o gesso (caixilhos, metais sanitários etc.) devem ser protegidas, mesmo que sejam anodizados, cromados, entre outros.

7.5.16. Platibandas - As platibandas das fachadas laterais e da retaguarda da edificação, serão constituídas de placa cimentícia (fibrocimento) de tipo A ou B, de 10mm, estas por terem aplicações externas, expostas diretamente às intempéries, devem ser protegidas com revestimento ou impregnação, com resistência à intempérie, por questões de garantia, a metodologia de instalação das placas, atenderá o especificado pelo fabricante/fornecedor das placas, com exigência que atenda o preconizado na NBR 15498 (Placa Plana Cimentícia Sem Amianto). Para que não haja desperdício, e consequentemente total aproveitamento, o comprimento das placas deve ser parametrizado a distância dos montantes de fixação, que por sua vez serão estruturados nas tesouras do telhado. Após a instalação das placas esta receberá a aplicação manual de duas demãos e lixamento de massa látex.



Após, receberá a aplicação de uma demão de um fundo selador látex PVA, e quantas demãos de tinta forem necessárias para cobrir e equalizar a pintura, a tinta será látex PVA premium na cor azul marinho fosco. A platibanda da fachada frontal será estruturada em alvenaria convencional, conforme informações contidas no projeto arquitetônico. A platibanda da fachada principal em formato "U", que compreende a extensão da cobertura para o Pavilhão de Comando será em alvenaria tradicional.

7.5.17. Instalações: Bancadas, Louças e Metais - A pia da cozinha deverá ter dimensões de 150 x 60 cm de bancada em granito cinza polido, com cuba de embutir de aço inoxidável média, válvula americana em metal cromado, sifão flexível em pvc, engate flexível 30 cm, torneira cromada longa de parede, 1/2 ou 3/4, para pia de cozinha, padrão popular. As pias dos banheiros, terão bancada em granito cinza, 50 x 60 cm, com cuba oval de louça branca medindo 35 x 50 cm embutida, válvula em metal cromado, sifão flexível pvc, engate 30 cm flexível plástico e torneira cromada de mesa. O vaso sanitário sifonado com caixa acoplada de louça branca, padrão médio, com engate flexível em metal cromado, rejuntado com epoxi branco, o vaso do banheiro acessível tem especificação própria, conforme item 18.1.3 deste memorial. Os chuveiros serão elétricos comum com corpo plástico tipo ducha.

7.5.17.1. Instalações Hidráulicas e Sanitárias - Abastecimento e Água: Será feito a partir de um reservatório superior, conforme discriminado no Projeto Hidrossanitário. Rede de Esgoto Sanitário: Todo o esgoto sanitário será recolhido nas caixas de inspeção instaladas próximas ao prédio, seguindo para os tanques sépticos e filtros anaeróbios, dimensionados de acordo com as normas e discriminados no Projeto Hidrossanitário. Rede de Esgoto Pluvial: As águas recorrentes dos telhados e ar-condicionados, serão recolhidas através das calhas e dos ralos, esta água se destinará primeiramente para a caixa de retenção pluvial, e depois para a rede pública pluvial seguindo o discriminado no Projeto Hidrossanitário.

7.5.17.2. Instalações Elétricas - Deverão ser executadas rigorosamente dentro das normas técnicas de construção vigente da ABNT NBR 5410 Tensão – Instalações Elétricas de Baixa e em conformidade com o Projeto Executivo, seguindo o discriminado no Projeto Elétrico. O acabamento de interruptores e tomadas serão na cor branca, em poliestireno (OS), resistente a chamas, resistente a impactos e ter ótima estabilidade às radiações UV para evitar amarelamentos.

7.5.18. Reserva de armamento - A reserva de armamento será toda em concreto armado e acabamento. Será tipo sala cofre, tendo paredes, piso e laje em concreto armado. A parte interna da laje receberá o mesmo tratamento e pintura descritos nas especificações para paredes internas. Construída com paredes e lajes de cobertura em concreto armado e malha pop de aço, os fios da malha devem ter a bitola de 6 mm de diâmetro e o aço 10x10mm padronizado conforme NBR 7480. O modo de aplicação será em perfil duplo, ou seja, dois painéis segmentados paralelamente na seção de concreto armado, sendo a espessura da laje e das paredes dimensionadas em 15 cm, os espaçamentos dos fios da malha devem ser de 10 cm em ambos os sentidos, longitudinais e transversais obedecendo o que preconiza a NBR 7481, poderá ocorrer ajustes destas especificações para a compatibilização com o projeto estrutural. Para maiores informações sobre os materiais empregados, dimensionamento e especificações, deverá ser consultado o Projeto Arquitetônico, Memorial Descritivo do Projeto Estrutural e demais fontes afetas ao projeto;

7.5.18.1. Portas - A porta da entrada da reserva de armamento será de giro em chapa de aço 1/2" com a fixação do aço (caixilho), será feita por chumbamento, juntamente a concretagem as paredes da reserva. Será instalada uma grade de correr em perfil metálico quadrado 5x5cm, para maior segurança, e devido ao peso desta, deverá ser colocado rolamentos nas dobradiças. No interior da reserva de arma com acesso para a reserva técnica, será por uma porta simples de madeira;

7.5.18.2. Janelas - A janela para entrega das armas, terá um vão de 60cm x 40cm, sendo seu fechamento feito em chapa de aço escovado de 6mm de perfil único, no modelo de correr, as esquadrias de fixação serão feitas de cantoneira de aço de 6mm com perfil de 5cm, com espaçamento de 8mm entre a parede e as esquadrias para deslizamento da janela, as esquadrias deverão ser soldadas na malha das paredes, antes da concretagem das mesmas, chumbadas na parede interna da reserva. A janela será de correr em alumínio anodizado na cor preta, com vidro temperado de 02 folhas de 08mm, sendo uma fixa. Na parte externa será instalada uma barra de ferro chato retangular 25,4mm x 4,76mm (LxE) nas dimensões 2x0,06, chumbada na parede no ato da concretagem. E na parte interna será fixada uma barra de ferro chata 25,4mm x 4,76mm (LxE) nas dimensões 2x0,06, perfazendo toda a estrutura da esquadria e soldada na barra de ferro exterior;

7.5.18.3. Exaustores - O sistema de ventilação é um processo de renovação do ar de um ambiente fechado pelo meio mecânico, com o objetivo de controlar a pureza, temperatura, umidade, distribuição, movimentação e odor do ar ou é um processo de ventilação mecânica que introduz o ar de renovação do ambiente, estabelecendo uma pressão maior do que a exterior ou é um processo de ventilação mecânica que remove o ar contaminado ou viciado do ambiente, fazendo que a pressão interior do recinto seja menor que a exterior. A reserva de armamento é um ambiente fechado do tipo sala cofre, sem ventilação natural, onde serão manipulados derivados de petróleo, utilizados na manutenção do armamento, logo requer e será contemplado por dispositivos de ventilação artificial (exaustores), que terão a função de renovar o ar, mantendo o ambiente agradável com parâmetros aceitáveis na concentração de  $CO_2$ , eliminando impurezas, contaminação biológica, gases tóxicos e o calor acumulado dentro do espaço, os referidos equipamentos devem ser adquiridos de empresas que atendam o que preconiza a lei federal 13589/18 e a NBR 16401. Serão instalados dois exaustores de ar do tipo axial industrial, cujo, é desenvolvido para uso contínuo, onde exige-se ao máximo do equipamento e onde as condições de trabalho são mais exigentes, como coifas comerciais ou industriais, ambientes confinados, salas de máquinas, galpões industriais, exaustão ou ventilação para máquinas e equipamentos em geral. Esses exaustores receberão possuem tratamento anti-corrosão e pintura á pó com sistema eletrostático, hélices em alumínio fundido. A instalação dos exaustores será feita na parede lateral da reserva de armamento, os equipamentos devem ser protegidos de intempéries por grelha e conectados por dutos flexíveis a saídas e entradas de ar, que serão instalados na laje do teto da reserva de armamento;

7.5.18.4. Área para Manuseio de Armamento - Destina-se para o manuseio do armamento, conforme procedimentos de segurança protocolados pelas normas gerais de ação da PM RO, com uma área de 37,74 m<sup>2</sup>, o local será construído anexo a reserva de armamento, com cobertura em com telha ondulada de fibrocimento e = 6 mm, 2,44 x 1,10 m (sem amianto), com recobrimento lateral de 1/4 de onda, com inclinações de 10% conforme planta de cobertura, seguindo o caimento previsto e especificado no projeto arquitetônico. Previsão de instalação de cumeeira universal para telha ondulada de fibrocimento e = 6 mm, aba 210 mm,

comprimento 1100 mm (sem amianto), o piso será de granilite e o forro de placas de gesso com especificação para ambiente externo.

7.5.19. Acessibilidade - Banheiro PNE - Piso: As superfícies de piso do sanitário acessível não devem possuir desníveis, devendo ainda ter revestimento regular, firme, estável, não trepidante e antiderrapante, estando secas ou molhadas. Assim, é especificado piso cerâmico interno cimento esmaltado, antiderrapante, com borda retificada;

7.5.19.1. Porta: A porta de eixo vertical deve possuir vão livre de 1,00 m de largura por 2,10 m de altura, a abertura é para o lado externo do sanitário, devendo ainda possuir puxador horizontal, com diâmetro entre 25 mm a 35 mm, com comprimento mínimo de 0,40 m, afixado na parte interna da porta e maçaneta tipo alavanca, revestida na parte inferior com chapa de aço inox. Deverá existir informação visual ocupando área entre 1,40 m e 1,60 m do piso, localizada no centro da porta ou na parede adjacente, ocupando área a uma distância do batente entre 15 cm e 45 cm. A sinalização tátil (em Braille ou texto em relevo) deve ser instalada nos batentes ou vedado adjacente (parede, divisória ou painel), no lado onde estiver a maçaneta. As informações em Braille não dispensam a sinalização visual com caracteres ou figuras em relevo, exceto quando se tratar de folheto informativo, devendo estar posicionadas abaixo dos caracteres ou figuras em relevo.

7.5.19.2. Bacia Sanitária - A bacia deve ser sem abertura frontal e possuir de 0,43 m a 0,45 m de altura sem o assento (46 cm de altura com assento), devendo ser obtida pela peça sanitária com altura necessária. A bacia será com caixa acoplada, o acionamento da descarga é do tipo alavanca;

7.5.19.3. Barras de Apoio - As barras de apoio devem possuir comprimento mínimo de 0,80 m, fixadas horizontalmente nas paredes de fundo e na lateral da bacia sanitária, distando 0,75 m do piso acabado e uma barra vertical de, no mínimo 0,70m, a 0,10m acima da barra horizontal e a 0,30m da borda frontal da bacia; A barra sobre a caixa acoplada, deve ter altura máxima de 0,89 m;

7.5.19.4. Dispositivo de Sinalização de Emergência - Inclusão de dispositivo para sinalização de emergência (alarme sonoro e visual) no banheiro PNE, próximo ao vaso sanitário, acionado através de pressão ou alavanca, instalado à 40 cm do piso e com cor contrastante (item 5.6.4.1 9050/2020);

7.5.19.5. Lavatório - Deve ser com coluna suspensa, dentro do sanitário acessível, em local que não interfira na área de transferência para a bacia sanitária, podendo sua área de aproximação ser sobreposta à área de manobra, a torneira é acionada por alavanca. Barras horizontais de apoio devem ser instaladas de cada lado do lavatório, a uma altura 0,78 m a 0,80 m, medido a partir do piso acabado até a face superior da barra, acompanhando a altura do lavatório;

7.5.19.6. Papeleira - A papeleira de sobrepor deverá estar alinhada com a borda frontal da bacia e o acesso ao papel deverá estar a 1,00 m do piso acabado. Demais acessórios (cabide e porta-objetos) deverão atender a altura entre 0,80 m e 1,20 m;

7.5.19.7. Interruptor - Alocar o interruptor para 1,00 m do piso;

7.5.19.8. Sinalização Tátil de Piso - O traçado da rota acessível deverá ser seguido conforme planta baixa de acessibilidade (Figura 22), constante no projeto arquitetônico. As especificações técnicas para estes pisos estão em conformidade com a NBR 16537/2016, direcional e alerta e NBR 9050/2020. Os pisos podotáteis são utilizados em espaços públicos para orientação de pessoas com deficiências visuais, são apresentados tanto na cor preta como também em cores contrastantes com o piso original, nos modelos direcional e de alerta. Os pisos de alerta são com superfície de relevo tronco-cônico que tem o objetivo de avisar eventuais mudanças de direção ou perigo, já os direcionais são de superfície de relevos lineares que tem o objetivo de orientar o percurso a ser seguido. Ambas as sinalizações devem ter contraste de luminância em relação ao piso adjacente, para ser percebida por pessoas com baixa visão, devendo ser garantida a cor do relevo durante todo o ciclo de vida da edificação/ambiente, tanto em áreas internas como externas. Internamente a sinalização tátil e visual no piso deverá ser em placas de borracha sintética, medindo 25x25cm, sendo as de alerta na cor amarela e as direcionais na cor azul (conforme Figura 27), fixadas com cola de contato, sendo recomendável a aplicação do vedador de borda, após a secagem do piso, por ser local de maior fluxo. Para a área externa, são previstos piso tátil ladrilho de concreto, medindo 25 x 25 x 2 cm, aplicação com argamassa, alerta na cor amarela e as direcionais na cor azul (conforme ilustração da Figura 27), assentadas de forma que fiquem niveladas com o piso ao redor, pois se ficar um pouco acima, pode soltar.

7.5.20. Prevenção de incêndio - Deverá ser executado de acordo com o PPCIP (Projeto de Prevenção de Combate a Incêndio e Pânico) Memorial Descritivo específico.

7.5.21. Serviços complementares, manutenção e limpeza de obra - Todos os Resíduos da Construção Civil deverão ser descartados conforme Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil devidamente aprovado pelo órgão competente. Limpeza final da obra, incluindo limpeza de pisos, paredes, vidros, equipamentos (louças, metais, etc.) e retirada de entulhos, restos de materiais, andaimes e outros equipamentos e ferramentas de obra, e áreas externas, inclusive jardins. Para a limpeza deverá ser usada de modo geral água e sabão neutro: o uso de detergentes, solventes e removedores químicos deverão ser restritos e feitos de modo a não causar danos inclusive ao piso tátil. A obra somente será recebida completamente limpa, sem nenhum vestígio de resíduos da execução da obra, com cerâmicas e azulejos rejuntados e lavados, com aparelhos, vidros, bancadas, peitoris, pisos e paredes, etc. isentos de respingos de tinta, massa corrida ou argamassas. Com as instalações definitivamente ligadas às redes públicas, testadas e em perfeito estado de funcionamento. Todo o entulho e sobras de materiais deverão também ser retirados.

7.5.22. Declarações finais - Todos os materiais a serem empregados deverão obedecer às especificações dos projetos, memoriais e da planilha orçamentária. Na comprovação da impossibilidade de adquirir e empregar determinado material especificado deverá ser solicitada sua substituição, condicionada à manifestação da Diretoria de Apoio Administrativo e Logístico da PM/RO por meio da Divisão de Projetos Estruturais, na qual o Responsável Técnico se manifestará. O mesmo procedimento deverá ser adotado nos casos em que haja quaisquer diferenças nas quantidades dos serviços propostos. Todas as informações necessárias para sanar possíveis dúvidas estão descritas neste memorial e nas pranchas dos projetos. Nenhuma alteração nas plantas, detalhes ou especificações, determinando ou não alteração de custo da obra ou serviço, será executada sem autorização da Diretoria de Apoio Administrativo e Logístico da PM/RO que encaminhará à Divisão de Projetos Estruturais para análise do Responsável Técnico

pela obra. Em caso de divergências entre os desenhos de execução dos projetos e as especificações, deverá ser consultada a Diretoria de Apoio Administrativo e Logístico da PM/RO por meio da Divisão de Projetos Estruturais, na qual o Responsável Técnico definirá qual a posição a ser adotada. A Empresa contratada deverá apresentar RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) ou ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) antes do início das obras. Após a conclusão das obras e serviços e também durante sua execução, deverão ser reparados, repintados, reconstruídos ou repostos itens, materiais, equipamentos, etc., sem ônus para a CONTRATANTE, danificados por culpa da CONTRATADA, danos estes eventualmente causados às obras ou serviços existentes, vizinhos ou trabalhos adjacentes, ou a itens já executados da própria obra. É dever do gestor, manter um fiscal de obra habilitado para acompanhar a execução de todos os serviços de reforma e construção e, na falta deste, solicitar à DAAL um profissional que acompanhe e seja responsável técnico pela obra.

#### **8. DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

8.1. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário. A empresa assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os equipamentos, ferramentas e insumos necessários à execução dos serviços.

8.2. É vedado o emprego de materiais reconicionados ou de segunda mão, devendo a empresa sempre empregar no serviço materiais novos e de boa qualidade comprovada, seguindo rigorosamente às especificações do fabricante, e principalmente, as contidas no presente Projeto Básico, sob pena de infração contratual sujeita à multa prevista em lei.

8.3. Correrá por conta e risco da empresa a substituição de materiais, ferramentas, equipamentos e insumos considerados impróprios pelos fiscais de obra da Polícia Militar. Caso haja impugnação de algum item, por parte da fiscalização da PMRO a empresa ficará obrigada a substituí-lo no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

8.4. Serão de responsabilidade integral da empresa, o transporte e o manuseio dos materiais utilizados na execução dos serviços, até a entrega e aceitação final (recebimento definitivo) por parte da Polícia Militar.

#### **9. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE**

9.1. O quartel do 11º Batalhão de Polícia Militar sediado na cidade de São Miguel do Guaporé/RO foi inaugurado dia 12 de junho do ano de 1987, à época com a denominação de 2º Grupamento Policial, subordinado ao 2º Pelotão da 3ª Companhia do 2º Batalhão de Polícia de Militar, em instalações provisórias cedidas por entes locais. Em 1989 foi construída uma edificação em madeira pelos próprios policiais militares, no terreno cedido pela prefeitura, com a ajuda da população local. No ano de 1997, foi construído o atual prédio Sede do Batalhão e no ano de 2007, foi elevada a categoria de Companhia.

9.2. Em 11 de junho de 2018, a Polícia Militar por meio do Governo de Rondônia colocou em atividade o 11º Batalhão da Polícia Militar. O decreto foi assinado em solenidade oficial na sede da antiga 4ª Companhia de Polícia Militar e tem o objetivo de combater a criminalidade na região do Vale do Guaporé obedecendo a nova política de reordenamento da estrutura militar rondoniense.

9.3. Atualmente o prédio da sede do quartel do 11º BPM não satisfaz os anseios de uma Unidade Operacional da Polícia Militar e, não oferece condições de acomodações e segurança orgânica aos policiais militares e servidores civis da unidade militar, pois trata-se de uma construção antiga, fazendo-se necessário a construção de nova estrutura para acomodar os profissionais da Segurança Pública que desenvolvem suas atividades no local.

9.4. As novas instalações do quartel a ser construído e entregue pela empresa contratada para a execução da obra, será integralmente utilizado para a instalação e funcionamento das atividades desenvolvidas pelo 11ºBPM no Município de São Miguel do Guaporé e em toda sua área de atuação, tendo por finalidade substituir as velhas instalações do prédio atual. A nova edificação visa garantir melhores condições físicas para que os policiais que trabalham no local possam executar suas atividades de forma mais efetiva e segura.

9.5. Ressalta-se que, desde a criação do 11ºBPM no ano de 2018, foram realizadas somente pequenas reformas improvisadas, sendo que a atual unidade não dispõe de estruturas para otimizar seu organograma institucional. Além disso, o prédio o, possui problemas estruturais devido a ação do tempo, instalações elétricas precárias, indispondo de condições salubres ao efetivo. Assim, verifica-se a urgência e a necessidade de efetivar a obra de reforma e ampliação do quartel do 11º BPM visando otimizar os serviços administrativos, além do aperfeiçoamento das atividades operacionais, tornando-se imperativo uma nova edificação que propicie um melhor ambiente de trabalho à unidade operacional.

9.6. Dessa forma, a obra em estudo é fundamental para atender ao interesse público, dado que a estrutura atual não cumpre os requisitos de segurança orgânica nem os padrões esperados para uma Organização Policial Militar e justifica-se, pois, irá propiciar além do conforto, segurança, salubridade, resolverá problemas institucionais, pois a nova edificação será realizada de acordo com as necessidades operacionais do batalhão, tanto do efetivo policial, quanto dos usuários e população local.

9.7. Diante do exposto, considerando que o presente estudo visa subsidiar o gestor público no que tange a pretensa contratação do objeto proposto, quer seja, a contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a obra de reforma e ampliação do quartel do 11º BPM, com fornecimento de material, mão-de-obra, ferramental e todo o necessário à perfeita realização dos serviços é essencial para atender às necessidades da Polícia Militar, assegurando a continuidade e a melhoria da gestão no tocante à Segurança Pública do Estado de Rondônia.

#### **10. DO CRITÉRIO DE ESTIPULAÇÃO DOS QUANTITATIVOS**

10.1. Os critérios estabelecidos para estipular os quantitativos foram realizados conforme demonstrado na Planilha Orçamentária Sintética (0052776394) e Planilha Orçamentária analítica (0052776828).

10.2. De acordo com as recomendações legais da Lei 14.133/21, adota-se para efeito de custo unitário:

a) Tabela de referência do SINAPI/RO;

- b) Serviços não constantes nas tabelas de referências sendo realizada pesquisa de mercado; e
- c) Subsidiariamente atualização de custos unitários por índices econômicos e método estatístico.

## **11. DA CLASSIFICAÇÃO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

11.1. O julgamento dar-se-á pelo critério de MENOR PREÇO, na modalidade como CONCORRÊNCIA, onde a licitação ocorrerá na forma ELETRÔNICA de acordo com art. 17, § 2º da Lei nº 14133/21 e a disputa será ABERTA conforme o Art. 56 da referida lei, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos neste instrumento.

11.2. O critério para escolha da proposta será o de MENOR PREÇO, conforme art. 33, da Lei nº 14.133/2021, sendo que os serviços contratados obedecerão ao regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL na forma de EXECUÇÃO INDIRETA, conforme inciso II do art. 46 da Lei nº 14.133/2021.

11.3. Tal escolha foi considerada ser a mais viável por ser tratar de um serviço de empreitada, não sendo viável a sua execução por item, portanto essa escolha afeta diretamente a capacidade de execução do serviço.

SÚMULA Nº 247 É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

## **12. DA VISTORIA DO LOCAL**

12.1. A execução do objeto, descrito no item 3 deste projeto básico, demonstrado através das planilhas, cronograma e projetos em anexo, deverão ser executados no 11º Batalhão de Polícia Militar, localizado na Av. Presidente Vargas, Nº 1285, Bairro Cristo Rei, CEP 76.932-000 na cidade de São Miguel do Guaporé - RO.

12.2. A visita técnica tem por finalidade permitir que os licitantes realizem avaliação própria da quantidade e da natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à realização do objeto da licitação, formas e condições de suprimento, meios de acesso ao local e para a obtenção de quaisquer outros dados que julgarem necessários à preparação da sua proposta e documentos de habilitação, bem como para a realização das obras, serviços e atividades, de acordo com (art. 92, §2º da Lei 14.133/21).

12.3. A empresa licitante, a seu critério, poderá declinar da visita, sendo neste caso necessário apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

12.4. A empresa interessada deverá apresentar Declaração de Visita e conhecimento geral da logística do local da obra, assinada pelo Responsável Técnico e pelo Representante Legal da empresa, encaminhada a SUPEL e PMRO (cpof.cpl@pm.ro.gov.br).

## **13. DO INÍCIO DOS SERVIÇOS**

13.1. Os serviços deverão iniciar no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos após assinatura do contrato e recebimento pela empresa da Ordem de Serviço emitida pela PMRO.

13.2. Antes do início dos serviços será realizada, sob a organização do gestor de contrato reunião inicial entre a Contratada e a Contratante (com participação de representantes da empresa, da Gestão de contrato, da Fiscalização técnica);

13.3. Na reunião inicial citada no item acima a CONTRATADA efetivará a entrega de declaração de conformidade e viabilidade das condições para a execução dos serviços, declarando o conhecimento e anuência aos Projetos destinados a execução do objeto, assinada pelo responsável técnico e pelo representante legal da empresa, a ser atestada pelo gestor de contrato e fiscais técnicos de contrato.

## **14. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO**

14.1. O prazo de execução será de até 180 (cento e oitenta) dias, visando cobrir as atividades decorrentes do cronograma físico-financeiro sob o ID (0052777240), pagamento das notas fiscais/faturas, bem como a emissão do termo de recebimento definitivo e pagamento da última medição, contado a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada.

14.2. O prazo de vigência do contrato será de até 12 (doze) meses corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA, podendo ser prorrogado por igual a critério da administração.

14.3. Os serviços deverão ser executados em conformidade com os projetos, memoriais e planilhas em anexos ao presente processo, bem como em perfeita observação das Normas Técnicas Vigentes.

14.4. O recebimento dos serviços será efetuado por uma comissão de fiscalização, exame, entrega e recebimento, designada especificamente para tal finalidade, acompanhados do responsável técnico da empresa, observando as disposições contidas no artigo 140 da lei 14.133/2021.

14.5. O recebimento provisório e o definitivo, se darão mediante Termo Circunstanciado, e será emitido tanto pela equipe de técnicos da Fiscalização, quanto pelo Gestor de Contrato, conforme atribuições constantes na Instrução Normativa nº 01/2020/CGE-GAP.

14.6. O recebimento e a aceitação dos serviços dar-se-ão da seguinte forma:

14.6.1. Provisório: no caso do recebimento provisório, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da comunicação da CONTRATADA quanto à conclusão dos trabalhos, conforme disposto no [art. 140, I, "a"](#) da Lei nº 14.133/21, a PMRO poderá exigir os reparos e substituições convenientes, consignando-se os motivos.



14.6.2. Se após o Recebimento Provisório for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à empresa, o prazo para a efetivação do Recebimento Definitivo ficará suspenso até o saneamento das impropriedades detectadas.

14.6.3. Definitivo: o termo de Recebimento Definitivo dos serviços contratados será lavrado em até 25 (vinte e cinco) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da Fiscalização quanto às pendências observadas e a aprovação do documento junto à PMRO.

14.6.4. Na hipótese de a Contratante verificar que o objeto deste projeto não foi perfeitamente executado, mas que se mostra possível sua adequação aos termos pactuados, mediante ajustes, fixará prazo para que a Contratada, às expensas desta, venha a reparar as imperfeições verificadas, observando o disposto no art. 119 da Lei nº 14.133/21;

14.6.5. Se a Contratada realizar os reparos necessários dentro do prazo estipulado, adequando o objeto deste projeto aos termos pactuados, o Gestor do Contrato emitirá o Termo de Recebimento Definitivo; e

14.6.6. Caso se verifique que não se mostra possível a adequação do objeto deste projeto ou que, mesmo depois de concedido prazo para reparações, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral do Contrato, com base no que dispõe o art. 104, inc. II, da Lei nº 14.133/21, bem como a aplicação de penalidades, conforme o disposto no art. 156 da referida Lei, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

14.7. O recebimento definitivo do objeto licitado não exige a Contratada das garantias legais e contratuais assumidas, podendo a Administração exigir o cumprimento das responsabilidades pactuadas a qualquer tempo, nos termos da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil) e demais normas aplicáveis.

14.8. Caso a fiscalização constate, a qualquer tempo, que o andamento dos serviços não permitirá a conclusão no prazo contratual por culpa da Contratada, esta se obriga, mediante notificação da Administração, a adotar medidas corretivas, como o acréscimo de mão de obra, execução de horas extras e/ou uso de equipamentos adicionais, de forma a eliminar o atraso, sem que isso implique em qualquer alteração do preço contratual ou prorrogação de prazo.

14.9. Não caberá qualquer prorrogação de prazo de execução em decorrência de rejeição, por parte da Fiscalização, de etapas dos serviços que estejam em desacordo com o Projeto Básico e/ou especificações.

## **15. DAS MEDIÇÕES**

15.1. As medições dos serviços executados serão realizadas, mensalmente, pelos Fiscais Técnicos do Contrato, acompanhado pelo Responsável Técnico da Empresa.

15.2. As medições deverão ser elaboradas para o período máximo de 30 (trinta) dias, sempre dentro do mesmo mês.

15.3. A Administração local da obra do canteiro central, será medido por percentual da obra executada, em conformidade com o estabelecido no Acórdão nº 2.622/2013 – TCU – Plenário, que diz:

"Acórdão TCU 2.622/2013 – Plenário: "9.3.2.2. estabelecer, nos editais de licitação, critério objetivo de medição para a administração local, estipulando pagamentos proporcionais à execução financeira da obra, abstendo-se de utilizar critério de pagamento para esse item como um valor mensal fixo, evitando-se, assim, desembolsos indevidos de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual, com fundamento no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e nos arts. 5º Inciso V, 103 e 141 §1º, Inciso III da Lei n. 14.133/2021".

15.4. As medições serão realizadas conforme os parâmetros estabelecidos nas etapas do cronograma físico-financeiro do contrato, respeitadas as respectivas unidades de medição de cada serviço.

15.5. Excepcionalmente, no que se refere ao item Administração Local, não será adotada a medição como um montante físico mensal fixo, uma vez que tal prática pode gerar distorções nos pagamentos e possibilitar o recebimento indevido de valores pela contratada, sobretudo nos períodos em que houver redução do ritmo da execução da obra.

15.6. Para evitar esse risco, em conformidade com a recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU), a medição da Administração Local será realizada proporcionalmente ao percentual de execução financeira dos demais serviços da obra.

15.7. Assim, se, em determinado mês, a contratada executar 9% do valor total do contrato, terá direito ao recebimento de 9% do valor contratual previsto para a Administração Local naquele mês.

## **16. DOS PAGAMENTOS**

16.1. O pagamento, decorrente da prestação dos serviços objeto deste projeto, será efetuado após cada etapa da obra ser concluída, exceto para os itens da Administração Local, cujos pagamentos serão realizados proporcionalmente à execução financeira da obra, conforme Acórdão TCU nº 2.622/2013. Os pagamentos somente ocorrerão após os serviços serem medidos e aceitos pela Comissão de Fiscalização designada, que conferirá e atestará sua execução em conformidade com as etapas concluídas da obra, bem como com o cronograma físico-financeiro, sob o ID (0052777240).

16.2. As etapas da obra compreenderão, no mínimo, o objetivo principal de cada item e/ou subitem da Planilha Sintética, conforme documento "Planilha Orçamentária Atualizada" sob o ID (0059389900), executados integralmente. Não serão contabilizados, para fins de medição, os serviços parcialmente executados constantes nos subitens da Planilha Sintética. As medições serão executadas por etapas de obra concluída, conforme recomendações do Tribunal de Contas da União (Obras públicas: recomendações básicas para a contratação e fiscalização de obras públicas. TCU – 3ª ed. Brasília: SecobEdif, 2013, p. 93), contados a partir do aceite definitivo do objeto, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

16.3. Não será efetuado qualquer pagamento à empresa CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

16.4. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a CONTRATADA tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data de reapresentação do documento corrigido.

16.5. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão requerente, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.

16.6. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

16.7. A Administração não efetuará pagamento sem autorização prévia e formal, tampouco atenderá cobrança feita diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

16.8. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

16.9. O órgão requerente efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.

16.10. Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal/Fatura, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

16.11. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Certidão Negativa da Receita Estadual – SEFIN, Certidão Negativa Municipal, Certidão Negativa Federal e Regularidade Fiscal e Trabalhista.

16.12. O pagamento será efetuado após a elaboração da planilha de medição por parte da fiscalização e a entrega por parte da contratada de todas as suas obrigações, contados da data de apresentação da nota fiscal/fatura emitida pela contratada, depois de medidos e aceitos os serviços pela fiscalização da PMRO, que conferirá e atestará a sua execução em conformidade com o cronograma físico-financeiro integrante dos autos.

16.13. O pagamento decorrente de contratações públicas será feito após a habilitação para pagamento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, conforme o art. 190 do Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, como segue:

Art. 190. O pagamento decorrente de contratações públicas será feito após a habilitação para pagamento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 1º O decurso do prazo previsto para o pagamento, constitui a Administração em mora, devendo automaticamente ser incluído no valor devido ao contratado os encargos financeiros da mora.

§ 2º Em caso de atraso por parte da Administração, caso a soma dos prazos de recebimento ou medição e de pagamento ultrapasse o prazo regular, aplica-se o § 1º deste artigo.

§ 3º O pagamento em atraso de maneira reiterada ou deliberada sujeita o agente público responsável pelo atraso às penalidades previstas na legislação.

16.14. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas em 2 (duas) vias e apresentadas à CONTRATANTE para certificação, devendo conter em seu corpo a descrição do objeto, a indicação do número do contrato e da conta bancária da Contratada.

16.15. A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão), ainda, estar acompanhada(s), obrigatoriamente, das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas.

16.16. Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$ , onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$I = (TX/100)/365$  I =

TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

16.17. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

16.18. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

16.19. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

16.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do aceite definitivo dos serviços, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela fiscalização contratual e acompanhada de toda a

documentação fiscal exigida, inclusive certidões de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual, Municipal, FGTS, INSS e Justiça do Trabalho.

16.21. As medições dos serviços executados serão realizadas mensalmente, para períodos máximos de 30 (trinta) dias, sempre dentro do mesmo mês civil, por Fiscais Técnicos da Administração, acompanhados do Responsável Técnico da Contratada, com base no cronograma físico-financeiro aprovado.

16.22. A liquidação da despesa será efetivada após a certificação das medições, mediante conferência da documentação fiscal e comprovação de adimplemento de todas as obrigações da Contratada relativas ao período medido.

16.23. Em caso de erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o documento será devolvido à Contratada com a devida motivação. Nessa hipótese, o prazo de pagamento será reiniciado a partir da reapresentação regular do documento, sem qualquer ônus para a Administração.

16.24. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária em conta corrente indicada pela Contratada, observadas as retenções legais e fiscais aplicáveis.

16.25. Nenhum pagamento será realizado caso haja pendência de liquidação de obrigação contratual, penalidade vigente ou inadimplemento comprovado por parte da Contratada.

## **17. DO REAJUSTE DO CONTRATO**

17.1. O valor contratado será fixo e irrevogável pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data-base do orçamento estimado definitivo da Administração, qual seja, fevereiro de 2025, nos termos do art. 92, §3º da Lei nº 14.133/2021, combinado com o art. 3º, §1º da Lei nº 10.192/2001 e o art. 154, §2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

17.2. Para fins de reajuste, será utilizado o Índice Nacional da Construção Civil – INCC, coluna 35, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, sendo considerado como índice inicial aquele vigente no mês de fevereiro de 2025.

17.3. O reajuste será aplicado somente após transcorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, e exclusivamente sobre as parcelas cuja execução esteja prevista após esse interregno, conforme o cronograma físico-financeiro do contrato.

17.4. Não será aplicado reajuste às etapas concluídas com atraso imputável à contratada.

17.5. Em obediência ao princípio da anualidade, caso a contratada solicite eventual reajuste, deverá observar o prazo de 12 (doze) meses contados da data-base do orçamento estimado da Administração, e o pedido deverá ser instruído e processado nos termos dos arts. 154 a 156 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, como segue:

Art. 154. O reajuste em sentido estrito, espécie de reajuste nos contratos de obra, fornecimento ou serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, consiste na aplicação de índice de correção monetária estabelecido no contrato, que retratará a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices combinados, específicos ou setoriais.

§ 1º Nas hipóteses em que o valor dos contratos de serviços continuados sejam preponderantemente formados pelos custos dos insumos, poderá ser adotado o reajuste de que trata este artigo.

§ 2º O reajustamento deverá observar o índice específico ou setorial previsto no contrato, bem como o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar do orçamento estimado definitivo da Administração, ou, de forma justificada, o Edital pode prever outra data-base, como a data da apresentação da proposta ou a data do orçamento a que essa proposta se referir, ou do último reajustamento levado a efeito no contrato.

§ 3º Caso haja a prorrogação do contrato, o contratado deverá ressaltar expressamente sua pretensão ao reajustamento de preços previamente à prorrogação do contrato ou em termo aditivo, sob pena de preclusão.

§ 4º Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, esta deverá ser levada em consideração quando da análise técnica acerca do reajuste, de modo a evitar a sobreposição indevida dos institutos.

§ 5º Deverão ser excluídos do cálculo do efeito financeiro do reajustamento eventuais parcelas cuja execução ou fornecimento se encontrem atrasadas por culpa do contratado.

§ 6º Em caso de paralisação ou adiamento de prazo em obras públicas, que venha a ultrapassar o prazo previsto em contrato para a execução, ter-se-á que as parcelas contratuais excedentes ao prazo original serão reajustadas pelo índice previsto no instrumento convocatório, desde que devidamente justificado pela contratante e que o contratado não tenha dado causa ao atraso na execução.

§ 7º O registro do reajustamento de preços poderá ser formalizado por simples apostila, conforme o art. 136, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, observada a minuta padronizada aprovada pela Procuradoria-Geral do Estado, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverá ser formalizado por termo aditivo.

§ 8º É nula qualquer estipulação de reajuste com periodicidade inferior a um ano.

Art. 155. O pedido de reajuste do contrato deverá ser devidamente fundamentado e instruído, além daqueles constante no art. 152, com os seguintes documentos:

I - planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e

II - planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.

Art. 156. A escolha do índice de reajuste observar-se-á o critério da especialidade e da setorialidade, analisando se para o objeto contratual há índice específico de reajuste.

17.6. As alterações decorrentes de solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro seguirão o disposto no Decreto Estadual nº 28.874/2024, na Lei nº 14.133/2021 e nas demais normas correlatas.

17.7. A data-base da planilha orçamentária estimativa é fevereiro de 2025 e serve como orientação aos licitantes quanto à formação das propostas. Esta também será a data-base adotada para fins de reajuste contratual, nos termos do art. 92, §3º da Lei nº 14.133/2021.

17.8. Os preços contratuais, em reais, serão reajustados pelo Índice Nacional da Construção Civil – INCC, coluna 35, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, após decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data-base de fevereiro de 2025, conforme o disposto no art. 3º, §1º da Lei nº 10.192/2001.

17.9. Somente serão reajustadas as parcelas do contrato executadas após o interregno de 12 (doze) meses a partir de fevereiro de 2025, e desde que não estejam em atraso por culpa da contratada, conforme o cronograma físico-financeiro aprovado.

17.10. Os reajustes dos preços unitários contratuais serão calculados pela seguinte fórmula:

$$R = (I_i - I_o) \times V, \text{ onde:}$$

R = valor da parcela de reajuste;

$I_o$  = índice do mês base do orçamento (FEVEREIRO de 2025);

$I_i$  = índice referente ao mês do reajuste; e

V = valor da parcela contratual a ser reajustada.

17.11. Os serviços ou obras que forem entregues com atraso imputável à Contratada não gerarão direito a reajuste ou atualização monetária.

17.12. A Contratada deverá apresentar, quando do pedido de reajuste, memória de cálculo detalhada, contendo a equação econômico-financeira original e a atualizada do contrato, nos termos do art. 155 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

17.13. O reajuste somente será aplicado às parcelas cuja previsão de execução, conforme cronograma físico-financeiro aprovado, esteja além da data-base considerada.

17.14. Não se admitirá, para fins de reajuste, a inclusão de encargos financeiros como juros, despesas bancárias ou ônus semelhantes.

17.15. Para as etapas do cronograma com previsão de conclusão anterior à data-base, mas que não tenham sido concluídas por culpa da Contratada, não será aplicado reajuste.

17.16. No caso de atraso ou ausência de divulgação do índice de reajustamento, será pago à Contratada valor calculado com base no índice anual vigente, sendo a diferença devida liquidada tão logo seja publicado o índice definitivo.

17.17. Em caso de extinção do índice originalmente pactuado, será adotado novo índice oficial compatível, mediante termo aditivo, conforme a legislação vigente.

17.18. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão, de comum acordo, novo índice oficial, adequado à natureza do contrato, para reajustamento do valor remanescente.

17.19. Quanto ao prazo de resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, será observado o disposto no art. 132 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece:

“A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.”

17.20. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, que se fizerem necessários nas obras, nos serviços ou nas compras.

17.21. No caso de reforma de edifício ou equipamento, o limite de acréscimo poderá atingir até 50% (cinquenta por cento), conforme disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

17.22. Após a formalização das alterações contratuais, o processo será encaminhado ao Controle Interno para verificação do percentual efetivamente contratado, bem como da manutenção das condições de regularidade fiscal da Contratada.

## 18. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

18.1. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do serviço, pela Contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do serviço licitado e/ou obrigações inerentes, bem como a a fusão, cisão ou incorporação, nos termos do art. 122, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/21:

Art. 122

[...]

§2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.

[...]

## 19. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS DE COOPERATIVAS

19.1. Será permitida a participação de empresas reunidas sob a forma de cooperativa, desde que observado o art. 16 da Lei Nº 14.133/21, *in verbis*:

*Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:*

*I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;*

*II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;*

*III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;*



*IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.*

## **20. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO**

20.1. Fica vedado a participação de empresas reunidas na forma de consórcio, sendo que a união de esforços se faz necessária apenas na questão de alta complexidade e de relevante vulto, que impeçam a participação isoladas de empresas, o que não é o caso do objeto em questão. A formação de Consórcios nesta licitação poderá ensejar na redução do caráter competitivo do certame, visto que, trata-se de um serviço de engenharia de baixa complexidade.

20.2. A presente vedação encontra respaldo técnico no fato de que o objeto não demanda estrutura multidisciplinar, não possui riscos operacionais significativos e tampouco impõe exigências financeiras que justifiquem a divisão de responsabilidades entre várias empresas. Assim, a contratação pode ser plenamente atendida por empresas isoladas, o que preserva a ampla concorrência.

20.3. A medida adota entendimento pacificado pelo Tribunal de Contas da União, segundo o qual é legítima a vedação à formação de consórcios, desde que fundamentada tecnicamente e relacionada à natureza do objeto da licitação, conforme dispõe o Manual do TCU sobre a Nova Lei de Licitações e decisões como o Acórdão 9294/2020-TCU-1ª Câmara.

## **21. DA HABILITAÇÃO**

21.1. Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar exclusivamente os documentos previstos nos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, relativos às seguintes categorias:

21.1.1. Habilitação jurídica;

21.1.2. Regularidade fiscal, trabalhista e social;

21.1.3. Qualificação técnica; e

21.1.4. Qualificação econômico-financeira.

21.2. Não poderá ser exigido nenhum documento além daqueles previstos nos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, salvo se a exigência estiver prevista em lei especial.

### **21.3. Habilitação Jurídica:**

21.3.1. Cédula de identidade;

21.3.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

21.3.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

21.3.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

21.3.5. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, para comprovação do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta contratação;

21.3.6. Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, nos termos do art. 63, I, da Lei nº 14.133/21;

21.3.7. Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, na forma do art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/21.

### **21.4. Qualificação Técnica:**

21.4.1. As exigências se darão na forma do Art. 67 da Lei N.º 14.133/21, e deverão ser apresentados atestados da seguinte forma:

21.4.1.1. Registro ou inscrição da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade, observando as normas vigentes estabelecidas pelo Conselho de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/BR;

21.4.1.2. Quando da execução do Contrato, caso haja necessidade de substituição do Responsável Técnico ou outros habilitados na licitação, deverá ser solicitado autorização prévia da Administração, que analisará as condições e procederá a autorização da referida substituição;

21.4.1.3. Acervo técnico do(s) profissional(is) que será(ão) o(s) responsável(is) técnico pela obra, por execução de obras ou serviços de características semelhantes ao objeto da licitação, entendendo-se por características semelhantes aquelas que envolvam a execução de alvenaria de vedação com blocos cerâmicos furados na horizontal, com dimensões de 9x14x19cm (espessura de 9cm), em paredes com área líquida maior ou igual a 6m², com presença de vãos e utilização de argamassa de assentamento preparada em betoneira, conforme definido no item de código 87523 da Planilha Orçamentária Sintética sob o ID (0059389900) do Projeto Básico.

21.4.1.4. A comprovação de que o(s) responsável(is) técnico(s) pertence(m) ao quadro permanente da empresa poderá ser feita através de uma das seguintes formas:

a) Cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante;

b) Certidão de Registro da licitante junto ao CREA em que conste o profissional como responsável técnico;

- c) Cópia do Contrato Social do licitante em que conste o profissional como sócio;
- d) Contrato de Prestação de Serviços, vigente na data da licitação;
- e) Contrato de Trabalho Registrado na DRT; ou
- f) Declaração formal indicando o profissional que será o responsável técnico pela obra, no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicada.

21.4.2. Atestado de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove a execução de obra com características semelhante ao objeto da licitação, contendo, no mínimo, a execução dos serviços abaixo relacionados, admitindo-se somatório de atestados sequenciais, mesmo que realizados em períodos distintos. Os atestados serão aceitos somente quando houver a indicação do nº da ART que lhe deu origem ou acompanhado do acervo técnico do profissional, referente ao atestado apresentado.

SERVIÇOS REQUERIDOS	UND	QTD TOTAL
Execução de concretagem de pilares	M³	23,19
Execução de Alvenaria de vedação	M²	193,52
Execução/installação de meia tesoura de madeira(cobertura)	Unid.	6,00

21.4.2.1. Relação explícita, bem como, declaração formal de disponibilidade das instalações, do aparelhamento, ferramental, veículos e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da presente licitação e, ainda, a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que atuarão na execução dos trabalhos, evidenciando declaração expressa de que o(s) responsável(eis) Técnico não possui vínculo com o Governo do Estado de Rondônia;

21.4.2.2. Todas as empresas deverão apresentar, sob pena de inabilitação, junto a sua documentação de habilitação uma declaração de conhecimento prévio de todos os aspectos relevantes que envolvem a execução da obra, informações e condições físicas, ambientais, logísticas, de mão-de-obra, econômica e social da área de implantação do empreendimento, podendo a referida declaração ser firmada em modelo próprio da empresa licitante. Assim, a empresa vencedora, não poderá alegar, em nenhuma hipótese, o desconhecimento das particularidades regionais relativas as condições de realização do serviço como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame;

21.4.2.3. Nos atestados de obras/serviços/projetos executados em consórcio serão considerados, para comprovação dos quantitativos, os serviços executados pela licitante que sejam discriminados separadamente no atestado técnico, para cada participante do consórcio.

21.4.2.4. Se as quantidades de serviços não estiverem discriminadas no corpo da certidão/atestado/declaração, serão considerados quantitativos comprovados pelos atestados na proporção da participação da licitante na composição inicial do consórcio.

21.4.2.5. Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, deverá ser juntada à certidão/atestado/declaração, cópia do instrumento de constituição do consórcio.

21.4.2.6. Considerando o objeto desta licitação, informamos que a parcela de maior relevância ou valor significativo será o item (Alvenaria de vedação de blocos cerâmicos furados na horizontal de 9x14x19cm (espessura 9cm) de paredes com área líquida maior ou igual a 6m² com vãos e argamassa de assentamento com preparo em betoneira. af\_06/2014), de código 87523, contido na Planilha Orçamentária Sintética sob o ID (0059389900), cujo valor estimado do valor individual do mencionado item é superior a 4% do valor total estimado da aquisição.

21.4.2.7. Nos casos em que o valor individual do item seja igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, o atestado de capacidade técnica será exigido, ficando restrito às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação. Quando identificado o item/itens de relevância, nos critérios disposto no §1º, será admitida a solicitação do atestado em quantidade de até 50%, sendo vedada a limitação de tempo e local do atestado.

21.4.2.8. A PMRO, por meio da Comissão ou servidor(es) designado(s), tem a prerrogativa de diligenciar para certificar a veracidade das informações fornecidas pela empresa licitante durante o certame, incluindo a possibilidade de aferir a capacidade técnica operacional da empresa por meio de vistoria às suas instalações físicas, a fim de comprovar suas condições operacionais e existência física. Em caso de informações inverídicas, o emissor estará sujeito às penalidades previstas em lei.

## 21.5. Qualificação Econômico-Financeira:

21.5.1. Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de 2 (dois) anos, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial do Estado, para que se possa aferir se a empresa possui Patrimônio Líquido (para empresas com mais de um ano de constituição) ou Capital Social (para empresas com menos de um ano), de até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. A exigência está fundamentada no art. 69, §4º da Lei nº 14.133/2021, e justifica-se com base no porte e risco inerente ao objeto da contratação – execução de obra pública com implicações diretas na infraestrutura e segurança da unidade militar beneficiada, o que demanda garantias mínimas de capacidade econômico-financeira.

21.5.2. Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação, judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor central do Fórum da sede da empresa Licitante, com data não anterior a 90 (noventa) dias antes da data de apresentação dos Documentos

de Habilitação quando não determinado no corpo da certidão;

21.5.3. Declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento aos índices econômicos previstos neste edital, caso exigidos.

21.5.4. Relação de compromissos assumidos pela licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas as parcelas já executadas de contratos firmados, caso a Administração julgue necessária sua apresentação.

21.5.5. Fica vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de lucratividade ou rentabilidade, nos termos do §2º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

21.5.6. Os documentos referidos no inciso I do art. 69 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**21.6. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

21.6.1. Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

21.6.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

21.6.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

21.6.4. Certificado de Regularidade de Situação – CRS, relativo ao FGTS, podendo ser Certidão Positiva com Efeito de Negativa, quando couber;

21.6.5. Certidão Negativa de Débito – CND, relativa à Seguridade Social-INSS, podendo ser Certidão Positiva com Efeito de Negativa, quando couber;

21.6.6. Certidão Negativa de Tributos Estaduais e/ou Certidão de Tributos e Contribuição Municipais, podendo ser Certidão Positiva com Efeito de Negativa, quando couber;

21.6.7. Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos e Dívida Ativa da União, podendo ser Certidão Positiva com Efeito de Negativa, quando couber.

**21.7. Qualificação técnico-profissional:**

21.7.1. Será necessária a apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional, em nome do profissional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado/atestado(s) no CREA ou CAU, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT), expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s), suficientes para a comprovação do acompanhamento e/ou execução de serviços com características semelhantes, compatíveis com o objeto desta licitação e com o conselho profissional de origem.

**22. DAS OBRIGAÇÕES**

**22.1. A contratante obriga-se, nos seguintes termos:**

22.1.1. Caberá à contratante fornecer as informações necessárias para a realização dos trabalhos;

22.1.2. O fiel cumprimento das obrigações das obrigações pactuadas no CONTRATO, como também o fiel pagamento das parcelas devidas;

22.1.3. Exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases da execução do presente objeto;

22.1.4. A preservação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, seu registro e a devida publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia.

**22.2. Da Contratada/Fornecedor:**

22.2.1. São obrigações da contratada, além daquelas exigidas em Lei 14.133/21:

Art. 45. As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;

IV - avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;

VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

22.2.2. A CONTRATADA incumbe o dever de observar integralmente as disposições legais relativas à reserva de cargos destinados a pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, conforme estabelecido no Inciso XVII do Artigo 92 da Lei nº 14.133/21, bem como quaisquer outras normativas pertinentes.

22.2.3. Compete à CONTRATADA, antes de iniciar os serviços, fazer minucioso exame das especificações de modo a poder, em tempo hábil e por escrito, apresentar aos componentes da equipe de fiscalização, todas as dúvidas por ventura encontradas para devido esclarecimento e aprovação.

- 22.2.4. Apresentar novo cronograma físico-financeiro para a obra antes de emissão da Ordem de Serviços, mantendo-se o prazo total de execução, que servirá para as previsões de desembolso da CONTRATADA, e importante, será o balizador para aplicação das multas por atrasos, seja por atraso de etapas ou de prazo. Caso a empresa não tenha interesse em fazê-lo, o cronograma físico-financeiro inicial continuará sendo o balizador.
- 22.2.5. Apresentar à FISCALIZAÇÃO todos os materiais a serem empregados na obra em suas embalagens originais para que os mesmos possam ser aprovados antes da sua utilização.
- 22.2.6. Empregar materiais de acordo com as especificações técnicas e as indicações de projeto – respeitadas as marcas, tipos, modelos, cores, dimensões, etc., independente de consulta. Sua substituição por similares deverá ser previamente aprovada através de consulta feita por escrito e encaminhada à FISCALIZAÇÃO; obrigando-se a CONTRATADA a demonstrar a similaridade do material ou equipamento proposto mediante a apresentação de laudos comprobatório ou testes de ensaio, de institutos idôneos e reconhecidos.
- 22.2.7. Assumir total e integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem como pelos danos decorrentes de realização destes trabalhos, sob critérios da Lei 14.133/21, observado o artigo 618, parágrafo único, do Código Civil.
- 22.2.8. Prestar à obra toda a assistência técnica e administrativa necessária, adquirindo e mantendo durante a execução dos serviços todo pessoal especializado e materiais necessários a uma execução perfeita e dentro dos prazos estabelecidos, além de equipamentos destinados ao atendimento de emergência, incluindo os de proteção contra incêndio e acidente de trabalho – EPI e EPC.
- 22.2.9. Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO, facultando seu acesso a qualquer parte da obra para inspeção de serviços ou materiais, inclusive locais fora do canteiro como depósitos ou oficinas, onde estejam armazenados ou em fabricações materiais para emprego na obra.
- 22.2.10. Responsabilizar-se: Pelas instalações de água, esgoto, luz, força e telefone, pelo transporte de operários, equipamentos e materiais, dentro e fora do canteiro de obras, pela manutenção do canteiro permanentemente em condições de higiene, pela sinalização de segurança e circulação.
- 22.2.11. Comunicar à Administração, por escrito e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações ou acontecimento que impeçam, mesmo que temporariamente, a CONTRATADA de cumprir seus deveres e responsabilidades relativas à execução do presente, total ou parcialmente, por motivo superveniente.
- 22.2.12. Compromete a não fazer uso dos materiais e informações do presente objeto para outra finalidade, senão as propostas neste PROJETO BÁSICO, sob a responsabilidade de sofrer sanções legais.
- 22.2.13. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes às obrigações fiscal, social, tributária e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si.
- 22.2.14. Responsabilizar-se, e a seu ônus, pela aprovação/autorização dos projetos juntos aos órgãos regulares/fiscalização/concessionários, além de providenciar todas as licenças e franquias previstas em Lei necessárias à execução dos serviços contratados, incluindo os pagamentos exigidos e observados as leis, regulamentos e posturas referentes à obra e segurança pública.
- 22.2.15. Obriga-se a refazer os trabalhos condenados pela FISCALIZAÇÃO, ficando por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessas providências.
- 22.2.16. Providenciar Livro de Registro da Obra, a ser mantido no escritório do canteiro, tendo todas as folhas sequencialmente numeradas e visadas diariamente com os apontamentos das ocorrências e pessoal, Todas as ordens da FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA serão ali escritas.
- 22.2.17. Não realizar alteração do projeto sem a autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO no Livro de Registro da Obra.
- 22.2.18. Saber que é parte integrante das especificações técnicas, mesmo não estando anexadas, as Normas Técnicas e Métodos Brasileiros aprovados ou recomendados pela ABNT, bem como as normas ou regulamentos das Concessionários, que deverão ser rigorosamente seguidos.
- 22.2.19. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 22.2.20. Fazer, impreterivelmente, no prazo de 10 (dez) dias entre a assinatura do Contrato e o início da obra, minucioso exame das especificações e projetos, de modo a poder, em tempo hábil e por escrito, apresentar à fiscalização, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas, para devido esclarecimento e aprovação, sob pena de preclusão.
- 22.2.21. Responsabiliza-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, regularidade ambiental, tributária e trabalhista de seus empregados, bem como por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, inclusive com iluminação e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si e por seus sucessores.
- 22.2.22. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas no total ou em parte, o objetivo desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de má qualidade dos materiais empregados, até o prazo de 05 (cinco) anos, na forma do art. 618, do Código Civil Brasileiro, sem ônus para a PMRO.
- 22.2.23. Também assim, garantir durante a execução, a proteção e a conservação dos serviços executados, até o seu recebimento definitivo.



- 22.2.24. Manter a guarda da obra, até o seu final e o definitivo recebimento e a comprovação de funcionalidade da obra pela PMRO.
- 22.2.25. Adquirir e manter permanentemente no escritório da obra, um livro de ocorrência sem rasuras ou entrelinhas, para registro obrigatória de todas e quaisquer ocorrências que mereçam destaque e ART de execução da obra devidamente registrada.
- 22.2.26. Deverá manter permanentemente no canteiro de obras, engenheiro residente com plenos poderes de decisão na área técnica e com registro junto ao CREA/RO.
- 22.2.27. Executar às suas expensas, todas as sondagens e escavação exploratório que se fizerem necessário e indispensáveis à execução da obra.
- 22.2.28. Promover e responder por todos os fornecimentos de água e energia elétrica, à execução da obra, inclusive as instalações provisórias destinadas ao atendimento das necessidades.
- 22.2.29. Conduzir a execução da obra pactuada em estrita conformidade com o projeto básico ou executivo aprovado pelo Contratante, guardadas as normas técnicas pertinentes à natureza e a finalidade de empreendimentos.
- 22.2.30. Assumir toda a responsabilidade civil sobre a execução da obra, objeto desta licitação.
- 22.2.31. Contratar todos os seguros exigidos pela legislação brasileira, inclusive os pertinentes a danos a terceiros, acidente de trabalho, danos materiais a propriedades alheias e os relativos a veículos e equipamentos.
- 22.2.32. Além dos equipamentos e vestimentas exigidos por lei e norma da segurança (Lei nº 6.514 de 22 de dezembro de 1977 e Norma Regulamentadora nº 06/78), os funcionários deverão apresentar-se uniformizados.
- 22.2.33. Permitir e facilitar a inspeção da fiscalização, inclusive prestar informações e esclarecimento quando solicitados, sobre quaisquer procedimentos atinentes a execução da obra.
- 22.2.34. A Contratada é obrigada a colocar e manter no local da obra, placa discriminando o objeto e o número do Contrato, com o respectivo valor, encabeçada do "slogan" GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA.
- 22.2.35. Os veículos, equipamentos e máquinas no acampamento deverão ser uniformes, fixando-se em duas faces dos mesmos o slogan "A serviço do Governo de Rondônia", com modelo fornecido pelo Contratante.
- 22.2.36. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, compatíveis com as obrigações por esta assumida (art. 67 da Lei nº 14.133/2021).
- 22.2.37. Na ausência de luz sola, nos serviços de pequena duração que envolva riscos de acidentes, as placas de sinais verticais deverão ser preferencialmente assentadas em bases de fácil transporte e não fixados ao solo. O uso de cavaletes e cones destina-se principalmente para orientar o fluxo dos veículos, em decorrência de interdições das vias.
- 22.2.38. A Contratada será responsabilizada por todo e qualquer acidente causado a algum usuário da via, em que seja constatada como causa a ausência de sinalização. Devendo assim manter o local da obra devidamente sinalizado.
- 22.2.39. Os serviços de implantação de tachas ou serviços de pintura de faixas, setas, zebraes, pórtilcos, etc, somente deverão ser iniciados após a instalação da sinalização de segurança (cones, cavaletes e dispositivos refletivos e piscantes), fornecidos pela Contratada. Além disso, todos os funcionários deverão usar uniformes, coletes refletivos e crachás de identificação, preso no uniforme em local visível, no desenvolvimento dos serviços, quando couber.
- 22.2.40. A Contratada só deverá iniciar a obra após a colocação das placas de sinalização e dispositivos de segurança de obras, os quais deverão ser mantidos e conservados durante toda obra, tanto no que se refere à limpeza dos dispositivos, para sua boa visualização, quanto à imediata reposição dos materiais danificados.
- 22.2.41. A Contratada deverá comunicar imediatamente à fiscalização, sempre que for verificado o aparecimento de interferência que impeçam o desenvolvimento normal dos serviços e principalmente nos casos em que suas continuidades gere situações de insegurança e risco de vida.
- 22.2.42. Os danos causados a bens públicos ou de terceiros, acidentes com funcionários e/ou com o envolvimento de terceiros, correrão sob responsabilidade da Contratada. A esta caberá também os eventuais ressarcimentos financeiros às vítimas dos danos.
- 22.2.43. Correm por conta da Contratada todas as despesas com os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas e especificações da ABNT, para a boa execução do objeto do contrato.
- 22.2.44. Percentual disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei Estadual nº 2.134, de 2009; - Observar todo o disposto no Decreto Estadual nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021;
- 22.2.45. A contratada se obriga a elaborar e/ou às suas custas todas as Certidões, documentos e projetos exigidos para o perfeito e contínuo desenvolvimento das obras, inclusive ambientais, assim como todos os pré-requisitos necessários e suficientes para a regularização do objeto nas diversas esferas públicas, inclusive junto a Prefeitura Municipal - para fins de Alvará de Construção até a emissão do "habite-se".
- 22.2.46. A contratada se obriga a elaborar, às suas custas o Projeto Executivo, conforme § 4º do Art. 14 da Lei 14.133/21 e Instruções Normativas do TCE/RO.
- 22.2.47. Empregar, na prestação de serviços com fornecimento de mão de obra, pessoas privadas de liberdade, em cumprimento de pena em regime semiaberto ou ainda egressas do sistema prisional, nas proposições de 2%, definida pela Lei Estadual nº 2.134, de 2009, conforme quantitativo de pessoal exigido para a execução do objeto.

## 23. DA GARANTIA CONTRATUAL

23.1. Para fiel execução dos compromissos aqui ajustados a CONTRATADA prestará prévia garantia de 5% (cinco por cento) do valor inicial do Contrato, como previsto no art. 98 da Lei nº 14.133 de 1º de Abril de 2021.

23.2. A Contratada poderá optar por uma das modalidades de garantia previstas no § 1º do art. 96 da a Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021.

23.3. A Contratada terá o prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período, posteriores à assinatura do contrato, para apresentação da garantia contratual.

23.4. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente (art. 100º da lei 14.133/21).

23.5. A Contratada deverá seguir o que está previsto no Art. 92, XIII de 1º de Abril de 2021.

#### 24. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

24.1. No processo de apuração e aplicação de sanções administrativas, é assegurado ao licitante ou contratado o exercício do contraditório e da ampla defesa, nos termos dos arts. 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021, facultada a apresentação de defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da respectiva intimação ou notificação.

24.2. Constituem infrações administrativas, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, as ações ou omissões que:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

24.3. As sanções cabíveis, previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, observando-se a gravidade da infração, o dano causado à Administração e o caráter educativo da medida:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da

entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

24.4. A autoridade competente levará em consideração a natureza e gravidade da infração, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos causados à Administração Pública e a existência de programa de integridade para fins de dosimetria da sanção.

24.5. A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a Nota de Empenho, deixar de entregar documentação ou apresentá-la com conteúdo falso, ensejar o retardamento da realização da contratação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do ajuste, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos e, se for o caso, será descredenciada do SICAF, sem prejuízo das demais penalidades previstas no Projeto Básico e demais cominações legais aplicáveis.

24.6. Atrasos injustificados no cumprimento das obrigações sujeitam a contratada à multa de mora, conforme percentuais definidos na tabela do subitem 24.15, incidentes sobre o valor da parcela inadimplida, a serem recolhidos em até 15 (quinze) dias após a notificação.

24.7. Transcorrido o prazo máximo de 10 (dez) dias de inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá rescindi-lo. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, no prazo de cinco dias úteis a contar da notificação, aplicar à contratada as seguintes penalidades:

I - Advertência:

II - Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total, ou sobre o valor correspondente a parte não executada, no caso de inexecução parcial, a ser recolhida no prazo de quinze dias, contado da comunicação oficial;

III - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior. (inciso IV, do art. 156, da Lei nº 14.133/21).

24.8. A declaração de inidoneidade será aplicada quando constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do CONTRATANTE, atuação com interesses escusos, reincidência em faltas que acarretem prejuízo ao CONTRATANTE ou aplicações anteriores de sucessivas outras sanções, implicando proibição da CONTRATADA de transacionar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, podendo ser aplicada, dentre outros casos, quando:

a) Tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c) Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com PMRO, em virtude de atos ilícitos praticados;

d) Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do Contrato, sem consentimento prévio do CONTRATANTE;

e) Ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº 14.133/2021, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do CONTRATANTE após a assinatura do Contrato;

f) Apresentação, ao CONTRATANTE, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do Contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação.

24.9. Se o valor da multa não for pago, será cobrado administrativamente, podendo, ainda, ser cobrado judicialmente. Em caso de negativa de assinatura do termo contratual por parte da licitante vencedora será ela penalizada com multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor da proposta, a ser recolhida no prazo de 15 (quinze dias), contado da comunicação oficial, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

24.10. As sanções de multa podem ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a PMRO e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

24.11. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas aqui estipuladas e também previstas na Lei 14.133/21.

24.12. Os valores das multas aplicadas deverão ser recolhidos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da contratada o valor devido será abatido da garantia, quando houver. Sendo a garantia insuficiente, o valor complementar será cobrado administrativa e/ou judicialmente.

24.13. Serão remetidas cópias dos processos administrativos dos fornecedores que sofrerem sanção administrativa passível da inserção no cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a administração pública estadual pela Controladoria Geral do Estado, nos termos da Lei nº. 2.414/2011.

24.14. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

24.15. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso, incidentes sobre o valor da parcela inadimplida:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA (*)
1	Executar a entrega incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
2	Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04	1,6% por dia
3	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os fornecimentos dos bens adquiridos.	05	3,2% por dia
4	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
5	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
6	Inexecução total do contrato.	10	10 %
Para os itens a seguir, deixar de:			
7	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia
8	Iniciar a entrega nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por item, por ocorrência.	02	0,2% por dia
9	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa;	02	0,4% por dia
10	Cumprir quaisquer dos itens do Projeto Básico e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência.	03	0,8% por dia
(*) Incide sobre a parte inadimplida.			

24.16. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

24.17. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

24.18. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

24.19. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.20. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta contratação:

24.20.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos; e

24.20.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação.

## 25. DAS ALTERAÇÕES

25.1. Conforme disposto no artigo 124 da Lei 14.133 de 2021, as alterações contratuais são admissíveis mediante justificativas pertinentes nos casos elencados.

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
  - b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
  - c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
  - d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.
- § 1º Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.
- § 2º Será aplicado o disposto na alínea “d” do inciso II do caput deste artigo às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

25.2. Nos termos do artigo 126 da Lei nº 14.133/21, as alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/21, não poderão transfigurar o objeto da contratação.

26. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- 26.1. A visita técnica tem por finalidade permitir que os licitantes realizem avaliação própria da quantidade e da natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à realização do objeto da licitação, formas e condições de suprimento, meios de acesso ao local e para a obtenção de quaisquer outros dados que julgarem necessários à preparação da sua proposta e documentos de habilitação, bem como para a realização das obras, serviços e atividades, de acordo com (art. 92, §2º da Lei 14.133/21).
- 26.2. Conforme Art. 117 da Lei nº 14.133/21, a execução do contrato decorrente do presente Certame deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado. Dessa forma, o referido Contrato terá como Gestor, algum integrante da Divisão de Gestão de Processos da Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF), que será assistido e subsidiado por um ou mais Fiscais Administrativos e um Fiscal Técnico, por ele designado.
- 26.3. A atuação do Gestor e dos Fiscais será exercida conforme as diretrizes da Instrução Normativa nº 01/2020/CGE-GAP (0011323568), bem como em observância ao disposto nos art. 19 a 28 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, que regulamentam as atribuições, responsabilidades, requisitos de qualificação e deveres relacionados à fiscalização contratual no âmbito estadual.
- 26.4. O Gestor e os Fiscais do Contrato poderão ser localizados na Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Finanças, localizada na Avenida Lauro Sodré, nº 1663, Bairro Olaria, CEP 76.801-311, Porto Velho, Rondônia, nos horários das 7h30min às 13h30min.
- 26.5. A atuação da equipe de fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto à fiel execução do objeto contratual, nos termos pactuado.

27. DA ESTIMATIVA DA DESPESA

- 27.1. O valor estimado para realização desta contratação é de **R\$ 1.583.195,09 (um milhão, quinhentos e oitenta e três mil, cento e noventa e cinco reais e nove centavos)**, incluindo BDI, conforme o Estudo Técnico Preliminar 25 sob o ID (0059357554).

28. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 28.1. As despesas do presente processo correrão por conta das atividades abaixo detalhada, considerando a informação abaixo, considerando a Declaração de Adequação Orçamentária sob o ID (0059446728).

PROGRAMA	AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UG	FONTE	ELEMENTO DA DESPESA
06.181.2075	1119	REALIZAR OBRAS E MELHORIAS DE INFRAESTRUTURAS	15015	1.500.000001	44.90.51
06.122.2182	1637	EFETIVAR A CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS	15005	1.500.000001	44.90.51

29. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 29.1. Os resíduos produzidos durante a execução dos trabalhos deverão ser gerenciados de acordo com a Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002 (e suas alterações/revogações contidas na Resolução CONAMA nº 448, de 18 de janeiro de 2012). A contratada responderá, sempre que solicitado ou exigido pelo órgão ambiental local ou pela Fiscalização Municipal/Estadual, devendo prestar informações completas sobre a caracterização dos resíduos produzidos na realização dos trabalhos, o transporte e a disposição final.
- 29.2. No que tange à sustentabilidade ambiental a Contratada é responsável, perante a legislação ambiental aplicável, por todas as obras e instalações de apoio e serviços que estiver realizando/mantendo, bem como pelas consequências legais das omissões ou das ações empreendidas pelos seus empregados e prepostos, em conformidade com as especificações, normas e planos básicos ambientais.
- 29.3. São obrigações da contratada, além daquelas exigidas em Lei 14.133/21:

- Art. 45. As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a:
- I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;
  - II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;

IV - avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;

VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

29.4. Sempre que possível, os serviços prestados pela contratada deverão obedecer às recomendações da Resolução CNJ nº 400/2021 e uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais.

29.5. A presente contratação não apresenta a possibilidade de ocorrência de impactos ambientais, impactos de trânsito e vizinhança.

### 30. DA COMPOSIÇÕES DOS BDI'S

COMPOSIÇÃO DA TAXA DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI PARA SERVIÇOS E OBRAS DE ENGENHARIA		
BDI COM DESONERAÇÃO		
OBRA:	<b>QUARTEL_11°_BPM_S._M._GUAPORÉ_RO</b> <b>End: Rua Presidente Vargas, nº1285-B. Cristo Rei, CEP: 76932-000</b> <b>São Miguel do Guaporé - Ro.</b>	
TAXA DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI		%
Empresa:		
Licitação:		
Objeto:		
Data:		
AC	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,01
AC 01	Despesas Administrativas	4,01
AC 02	Outros	0,00
L	LUCRO	6,51
L 01	Lucro	6,50
DF	DESPESAS FINANCEIRAS	1,05
DF 01	Despesas Financeiras	1,05
R	SEGUROS, RISCOS e GARANTIAS	0,98
R 01	Seguros e garantias	0,40
R 02	Riscos	0,58
T	TRIBUTOS	11,15
T 01	ISS	3,00
T 02	PIS	0,65
T 03	COFINS	3,00
T 04	CPRB (INSS)	4,50
FÓRMULA PARA O CÁLCULO DO BDI		
$BDI (\%) = \{ [(1+AC/100 + R/100) \times (1+DF/100) \times (1+L/100)] / (1-T/100) - 1 \} \times 100$		
LANÇADOS OS PERCENTUAIS NA PLANILHA, A FÓRMULA EXCEL, ABAIXO, CÁLCULA O PERCENTUAL FINAL FÓRMULA EXCEL (CLIQUE NA COLUNA "B" LINHA 36) PARA VISUALIZAR		
BDI(%)= 27,18		
OBS: FÓRMULA ADOTADA PELO TCU		
CPRB= Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta ( Observar Lei Nº13.161/2015)		
OBS: Para essa composição foram consideradas as diretrizes estipuladas pelo Acórdão Nº 2622/2013 do TCU		

### 31. DA ANÁLISE DE RISCOS

31.1. É proporcionada pela análise de incertezas em relação aos objetivos, processos críticos e mudanças significativas no ambiente. Seu levantamento dar-se-á pela coleta de informações e percepções por meio de fontes internas e externas, pois a obra será executada em instalação militar, sem prejuízo às atividades administrativas e operacionais do 11º Batalhão de Polícia Militar de São Miguel do Guaporé/RO.

31.2. Avaliação de riscos potenciais mais relevantes relacionada à contratação

31.2.1. São desempenhados pelos responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, bem como por quaisquer partes relacionadas, envolvendo o acompanhamento e em resposta a algum fato específico.

31.2.2. A seguir temos a avaliação de risco por cada fase do contrato:

QUADRO 01: LEVANTAMENTO DE RISCOS, CAUSAS, SEUS EFEITOS E AÇÕES

#### 1ª FASE - PLANEJAMENTO



ITEM	TIPO DE RISCO	CAUSA/EFEITOS	PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO	AÇÃO	RESPONSÁVEL
1-A	Equívoco no levantamento das necessidades internas e falta de conhecimento e apoio técnico.	Elaboração dos projetos. dos	baixa	alto	BAIXO	Fazer visitas in loco, formar um grupo de trabalho com conhecimento técnico das necessidades e revisar os quantitativos de projetos e orçamentos.	Divisão de Projetos Estruturais
1-B	Falhas, omissões ou divergências nos quantitativos estimados, constantes em quaisquer das peças, orçamentos, projetos, especificações, memoriais ou estudos técnicos preliminares que ocasionem erros nas estimativas de custo da obra inerente a serviço com característica padrão.	Dano ao erário público, além de possíveis impugnações do edital	baixa	alto	BAIXO	A licitante deve se planejar para o processo licitatório, analisando todos os projetos e demais documentos fornecidos pela Administração, elaborando orçamento próprio, exequível e analisando atentamente todo o objeto do contrato. As manifestações e questionamentos deverão ser feitos durante o processo licitatório.	Divisão de Projetos Estruturais
1-C	Cronograma físico-financeiro incompatível com a demanda.	Elaboração do projeto básico	baixa	alto	BAIXO	Embasamento no dimensionamento de mão de obra e índices de produtividade dos serviços, com a real descrição e expectativa da demanda, bem como a servidores com capacitação técnica satisfatória para análise e aferimento dos prazos.	Divisão de Projetos Estruturais
1-D	Ações de órgãos ambientais, corpo de bombeiros, dentre outros, que ensejem em alterações de projetos.	Alteração de custos e do cronograma físico-financeiro. Eventual paralisação do prosseguimento da demanda	baixa	média	BAIXO	Na ocorrência do risco de possibilidade de um novo cronograma físico-financeiro, aditivo de prazo e/ou suspensão temporária do contrato. Possibilidade de revisão contratual mediante a apresentação de justificativas e documentos comprobatórios	Divisão de Projetos Estruturais

## 2ª FASE - LICITAÇÃO

ITEM	TIPO DE RISCO	CAUSA/EFEITOS	PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO	AÇÃO	RESPONSÁVEL
2-A	Impugnação do edital	Erros no edital ou possivelmente na documentação técnica do projeto básico.	baixa	alto	BAIXO	Elaborar edital com critérios adequados à legislação vigente, bem como revisão de todas as peças técnicas do projeto básico de engenharia. Reestimativa e relançamento do edital no menor prazo possível.	Comissão de licitação

2-B	Falta de interesse na prestação do serviço por parte das Empresas	Possível remarcação da data do certame, comprometendo o cronograma inicial proposto.	baixa	média	BAIXO	Realizar ampla divulgação da licitação.	Comissão de licitação
2-C	Seleção irregular de empresas pela habilitação técnica	Falhas na análise da habilitação técnica e na documentação.	baixa	alto	BAIXO	Avaliação criteriosa das concorrentes.	Comissão de licitação
2-D	Falta de capacidade financeira da empresa para prestar os serviços	Falta de análise criteriosa da qualificação econômico-financeira da empresa. Contratação de empresa incapaz de ir executar o serviço, as obrigações financeiras, fiscais, trabalhistas e previdenciárias relativas ao contrato.	baixa	alto	BAIXO	Elaborar edital com critérios claros e objetivos, além das exigências de todas as documentações cabíveis. Estabelecer requisitos mínimos de Habilitação financeira conforme preconizado na Lei nº 14.133/21.	Comissão de licitação

### 3ª FASE - PÓS CONTRATAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATO

ITEM	TIPO DE RISCO	CAUSAS/EFEITOS	PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO	AÇÃO	RESPONSÁVEL
3-A	Descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e com relação ao recolhimento de FGTS pela Contratada.	Danos para a administração pública, além de danos aos contratados.	média	alto	ALTO	Possíveis ações judiciais, quebra do contrato e necessidade de abertura de processo administrativo.	Gestor e fiscal do contrato
3-B	Baixa qualidade na execução dos serviços (materiais, prazos, segurança e etc).	Serviços de baixa qualidade, causando prejuízos para a Administração e demais usuários.	baixa	alto	BAIXO	Estabelecer os critérios de habilitação técnico operacional e profissional compatíveis com o vulto da obra a ser executada. Planejamento prévio e fiscalização continuada da execução da obra;	Gestor e fiscal do contrato
3-C	Equipamentos inadequados para a execução das atividades	Não aquisição de ferramentas de trabalho adequadas no canteiro de obras.	média	médio	MÉDIO	Notificação da empresa e reforço na fiscalização.	Gestor e fiscal do contrato
3-D	Gestão inadequada da obra por parte da contratada, no que tange aos serviços executados ou não atendimento aos parâmetros de projeto, critérios de medição, normas	Insuficiência de relatórios detalhados, fotografias, memoriais, corpos de prova, ensaios de controle tecnológico, dentre outras informações necessárias para	média	alto	ALTO	Possibilidade de aplicação de penalidades e de suspensão ou rescisão do contrato.	Gestor e fiscal do contrato

	técnicas e diretrizes, agentes reguladores ou quaisquer órgãos de controle e fiscalização externos.	dirimir dúvidas sobre os serviços executados. Alteração de custos. Alteração dos prazos. Paralisação dos serviços/obras. Não aprovação dos boletins de medição por parte da contratante. Reconstrução total ou parcial de serviços.					
3-E	Servidor sem capacidade técnica de fiscalizar o contrato.	Decisão gerencial e fiscalização administrativa inadequada.	baixa	alto	BAIXO	Avaliar com antecedência o futuro fiscal do contrato com experiência e conhecimento do objeto.	Gestor e fiscal do contrato
3-F	Atrasos na liquidação e do pagamento da Contratada.	Falta de gerenciamento e controle do orçamento destinado ao Contrato por parte do contratante.	baixa	médio	BAIXO	Verificar periodicamente o desempenho financeiro do contrato, ou seja, o desembolso financeiro.	Diretoria de Orçamento e Finanças
3-G	Paralisação do contrato por culpa exclusiva ou interesse da Contratante.	Custos para manutenção de canteiros de obras, instalações provisórias, logística, deslocamento entre almoxarifados, bem como segurança patrimonial das instalações e dos almoxarifados. Alteração do cronograma físico-financeiro. Alteração de prazos.	baixa	alto	BAIXO	Possibilidade de prorrogação de prazo do contrato e de indenização, pelo valor de locação, de ferramentas e equipamentos locados. Se houver determinação para que a empresa se desmobilize, a contratante arcará com o valor contratual da desmobilização e nova mobilização. Possibilidade de revisão contratual mediante a apresentação de justificativas e documentos comprobatórios.	Gestor e fiscal do contrato
3-H	Alterações nos custos com materiais de construção, não decorrentes de natureza tributária ou políticas públicas, ensejando modificações dos índices de reajuste contratual e causando desequilíbrio na equação econômico-financeira do contrato.	Alteração de custos e aumento da demanda financeira para a Administração.	média	média	MÉDIO	Possibilidade de revisão contratual mediante a apresentação de justificativas e documentos comprobatórios.	Diretoria de Orçamento e Finanças

3-I	Alterações nos custos com materiais de construção, não decorrentes de natureza tributária ou políticas públicas, ensejando modificações diferentes dos índices de reajuste contratual e causando desequilíbrio na equação econômico-financeira do contrato.	Alteração de custos e aumento da demanda financeira para a Administração.	média	média	MÉDIO	Possibilidade de revisão contratual mediante a apresentação de justificativas e documentos comprobatórios.	Diretoria de Orçamento e Finanças
3-J	Ações da prefeitura e de órgãos de controle e fiscalização capazes de impactar a plena execução do contrato.	Alteração de custos. Alteração do cronograma físico-financeiro. Alteração de prazos. Eventual paralisação do contrato.	baixa	média	BAIXO	Na ocorrência do risco, surge a possibilidade de novo cronograma físico-financeiro, aditivo de prazo e/ou suspensão temporária do contrato. Possibilidade de revisão contratual mediante a apresentação de justificativas e documentos comprobatórios.	Fiscal do contrato
3-k	Baixa produtividade e não cumprimento do cronograma físico.	Atraso no cronograma físico e consequentemente atraso na obra.	média	média	MÉDIO	Notificação da empresa e reforço na fiscalização.	Fiscal do contrato
3-L	Inexecução total ou parcial da obra.	Atraso no cronograma físico e consequentemente atraso na obra.	baixa	alto	BAIXO	Monitoramento e controle do cronograma físico-financeiro e necessidade de uma fiscalização eficiente.	Gestor e fiscal do contrato
3-M	Erros, defeitos e/ou imperícia na execução dos serviços/projeto(s) pela contratada, decorrente de causas diversas.	Reconstrução total ou parcial de serviços. Alteração de custos. Alteração dos prazos. Paralisação dos serviços/obras. Possibilidade de danos materiais, morais, físicos, ambientais, dentre outros. Possibilidade de aplicação de multas e sanções pelos órgãos competentes.	baixa	média	BAIXA	A contratada providenciará a correção dos erros e defeitos. Caso não sejam adotadas as medidas necessárias/suficientes, a contratada assumirá os prejuízos/custos decorrentes da ausência de correção dos erros e defeitos. Possibilidade de aplicação de penalidades e de suspensão ou rescisão do contrato e Possibilidade de sanções.	Fiscal e gestor do contrato
3-N	Ocorrência de eventos climáticos e ambientais extremos, como chuvas, alagamentos, raios e outros eventos climáticos	Alteração nos custos. Perda de serviços e/ou materiais. Danos às instalações. Mudança no cronograma da	média	médio	MÉDIO	Possibilidade de prorrogação de prazo equivalente ao número de dias de chuva além da média histórica do local, durante o período total de execução da obra, segundo informações obtidas no	Fiscal e gestor do contrato

	extraordinários na região da realização das obras.	obra. Dificuldade de acesso à obra.				endereço eletrônico do INMET. Também poderão ser admitidas outras prorrogações de prazo estritamente para reparar os estragos causados pelas ocorrências climáticas.	
--	--	-------------------------------------	--	--	--	--	--

31.2.3. **Matriz de riscos.****QUADRO 02**

MATRIZ DE RISCO						
IMPACTO (I)	Muito Alto 5	5 (RM)	10 (RM)	15 (RA)	20 (RE)	25 (RE)
	Alto 4	4 (RB)	8 (RM)	12 (RA)	16 (RA)	20 (RE)
	Médio 3	3 (RB)	6 (RM)	9 (RM)	12 (RA)	15 (RA)
	Baixo 2	2 (RB)	4 (RB)	6 (RM)	8 (RM)	10 (RM)
	Muito Baixo 1	1 (RB)	2 (RB)	3 (RB)	4 (RB)	5 (RM)
		Muito Baixa 1	Baixa 2	Média 3	Alta 4	Muito Alta 5
PROBABILIDADE (P)						

**QUADRO 03**

ESCALA PARA CLASSIFICAÇÃO DE NÍVEIS DE RISCO				
MB (Risco Muito Baixo)	RB (Risco Muito Baixo)	RM (Risco Médio)	RA (Risco Alto)	RE (Risco Extremo)
1-2	3-5	6 - 10	11 - 15	16-25

31.2.4. **Análise da Matriz de Risco.**

31.2.4.1. Diante da avaliação dos principais itens, analisa-se os riscos encontrados pelos códigos de cada item:

NÍVEL DE RISCO	NÚMERO DE RISCOS	PERCENTUAL	
Raríssimo	0	0%	<p><b>DISTRIBUIÇÃO DE RISCOS</b></p>
Baixo	14	67%	
Médio	5	24%	
Alto	2	10%	
Extremo	0	0%	
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>	<b>100%</b>	

**32. DA RESCISÃO DOS CONTRATOS**

32.1. O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à CONTRATANTE de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada a defesa prévia.

32.2. A rescisão contratual será efetuada em conformidade com o artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.

32.3. Constituirão motivos para a extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas no art. 137 da Lei Nº 14.133/21, *in verbis*:

[...]

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

- II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
  - III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
  - IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
  - V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
  - VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
  - VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
  - VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
  - IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- [...]

32.4. A extinção do contrato ocorrerá em estrita observância ao disposto no Art. 138 da Lei 14.133/21, nos seguintes casos:

32.4.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

32.4.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

32.4.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

32.5. A extinção por ato unilateral da Administração e a extinção consensual devem ser antecedidas por autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, devendo ser formalizadas mediante termo no respectivo processo, em estrita observância às disposições do ordenamento jurídico em vigor, conforme estabelecido no §1º do Art. 138 da Lei 14.133/21.

32.6. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, conforme estabelecido no §2º do Art. 138 da Lei 14.133/21, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

### 33. **DA COMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO BÁSICO – ART. 6º, XXV DA LEI Nº 14.133/2021**

33.1. Este Projeto Básico contempla os elementos essenciais exigidos pelo art. 6º, inciso XXV da Lei nº 14.133/2021, necessários à perfeita identificação do objeto e à elaboração das propostas. Estão incluídos:

33.1.1. Levantamentos topográficos e sondagens do solo, conforme Estudo Topográfico - 11ºBPM sob o ID (0059389028) e Termo de Responsabilidade Técnica - Topografia 11ºBPM sob o ID (0059389163).

33.1.2. Identificação dos serviços e materiais a serem executados, conforme planilha orçamentária detalhada com códigos SINAPI contidas no Documento sob o ID (0059389900);

33.1.3. Memoriais descritivos contendo dados técnicos estruturais, elétricos, hidrossanitários e de acessibilidade, conforme os documentos sob o ID (0023446752), (0023446753), (0023446758), (0023446770), (0023446789), (0023446799), (0023446800) e (0052806967);

33.1.4. Orçamento detalhado com quantitativos definidos por item, conforme a Planilha Orçamentária Atualizada sob o ID (0059389900).

33.2. Contudo, considerando tratar-se de obra de baixa complexidade técnica, e que utiliza tecnologia convencional, justifica-se a ausência dos seguintes elementos:

33.2.1. Soluções técnicas globais e localizadas consolidadas em planta integrada;

33.2.2. Detalhamento de métodos construtivos, instalações provisórias e plano de organização do canteiro;

33.2.3. Subsídios formais para montagem do plano de licitação e da estratégia de gestão contratual.

33.3. Esses elementos serão apresentados pela contratada durante a fase inicial da execução do contrato, sem ônus adicional para a Administração, conforme cláusula específica prevista no edital e no contrato. A ausência dos referidos documentos neste momento não compromete a definição do objeto, nem a competitividade do certame, estando o projeto básico adequado aos parâmetros legais e técnicos aplicáveis.

### 34. **DO PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

34.1. O parcelamento da solução não é recomendável, devendo optar-se pela via alternativa, por ser o ideal no caso em tela, do ponto de vista da eficiência técnica, haja vista que o gerenciamento da obra permanecerá sempre a cargo de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica. Ressalte-se que em obras com serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e da entrega da obra.



34.2. Assim, para execução de obras de construção civil, para a presente contratação não há viabilidade técnica na divisão dos serviços, que em sua grande maioria são interdependentes, devendo ser executados por uma mesma empresa para garantir a responsabilidade técnica dos serviços. Também não há viabilidade econômica, pois a tendência é que o custo seja reduzido em função da diluição dos custos administrativos e lucro. A divisão gera perda de escala, não amplia a competitividade e não melhora o aproveitamento do mercado, pois os serviços são executados por empresas de mesmo ramo de atividade.

34.3. Então, pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração ou por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

### 35. **DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

35.1. Não aplicável para o mesmo objeto em tela.

### 36. **DOS CASOS OMISSOS**

36.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais e a Lei Federal N° 14.133/21 e suas alterações, além do Decreto Estadual 28.874/2024.

### 37. **DOS ANEXOS**

37.1. **A obra se dará em conformidade com o previsto nos seguintes documentos técnicos:**

- 37.1.1. Projeto - (0019868269);
- 37.1.2. Projeto Estrutural Pranchas de Forma - (0052196587);
- 37.1.3. Projeto Estrutural Pranchas de Sapatas - (0023446833);
- 37.1.4. Projeto Estrutural Prancha de Viga Baldrame - (0023446725);
- 37.1.5. Projeto Estrutural Prancha de Viga Térreo 1-2 - (0023446733);
- 37.1.6. Projeto Estrutural Prancha de Viga Térreo 2-2 - (0023446729);
- 37.1.7. Projeto Estrutural Prancha de Lajes - (0023446731);
- 37.1.8. Projeto Estrutural Prancha Pilares 1-2 - (0023446742);
- 37.1.9. Projeto Estrutural Prancha Pilares 2-2 - (0023446737);
- 37.1.10. Projeto Estrutural Prancha de Vigas Pórtico - (0023446736);
- 37.1.11. Projeto Estrutural Prancha de Corte - (0023446748);
- 37.1.12. Memorial Descritivo Estrutura Principal - (0023446752);
- 37.1.13. Projeto Estrutural Base Prancha 1 Caixa - (0023446750);
- 37.1.14. Memorial Descritivo Base Reservatório Água - (0023446753);
- 37.1.15. Projeto Estrutural Prancha Cisterna - (0023446755);
- 37.1.16. Projeto Estrutural Prancha de Forma Cisterna - (0052197914);
- 37.1.17. Memorial Descritivo Estrutural Cisterna - (0023446758);
- 37.1.18. Projeto Hidráulico Prancha 1- (0023446762);
- 37.1.19. Projeto Hidráulico Prancha 2 - (0023446763);
- 37.1.20. Projeto Sanitário Prancha 1 - (0023446769);
- 37.1.21. Projeto Sanitário Prancha 2 - (0023446767);
- 37.1.22. Memorial Descritivo Hidrossanitário - (0023446770);
- 37.1.23. Projeto Elétrico - Planta Baixa - Elétrica Alim. - (0023446773);
- 37.1.24. Projeto Elétrico - Planta Baixa - Elétrica QGBT - (0023446775);
- 37.1.25. Projeto Elétrico - Planta Baixa - Elétrica Ilum. - (0023446782);
- 37.1.26. Projeto Elétrico - Planta Baixa - Elétrico ar c - (0023446784);
- 37.1.27. Projeto Estruturado - Cabeamento Estruturado - (0023446786);
- 37.1.28. Memorial Descritivo Elétrico - (0023446789);
- 37.1.29. Projeto PCIP - Prancha 1 - (0023446792);
- 37.1.30. Projeto PCIP - Prancha 2 - (0023446793);
- 37.1.31. Projeto PCIP - Prancha 3 - (0023446797);
- 37.1.32. Projeto PCIP - Prancha 4 - (0023446802);
- 37.1.33. Memorial Descritivo Projeto PCIP - (0023446799);
- 37.1.34. Projeto SPDA - planta - (0023446803);
- 37.1.35. Memorial Descritivo do SPDA - (0023446800);
- 37.1.36. Projeto Arquitetônico - (0052805559);

- 37.1.37. Memorial Descritivo do Projeto Arquitetônico - (0052806967);
- 37.1.37.1. Planilha Orçamentária Resumida sob o ID (0059389900), pág. 1;
- 37.1.37.2. Planilha Orçamentária Sintética sob o ID (0059389900), pág. 2;
- 37.1.37.3. Planilha Orçamentária Analítica sob o ID (0059389900), pág. 19;
- 37.1.37.4. Planilha da Curva ABC de Serviços sob o ID (0059389900), pág. 150;
- 37.1.37.5. Planilha Memória de Cálculo sob o ID (0059389900), pág. 137;
- 37.1.37.6. Planilha da Curva ABC de Insumos sob o ID (0059389900), pag. 161;
- 37.1.37.7. Planilha do Cronograma Físico-Financeiro sob o ID (0059389900), pág. 174;
- 37.1.37.8. Planilha de Cálculo do BDI sob o ID (0052805371);
- 37.1.38. Certidão Ambiental de Inexigibilidade sob o ID (0054558851);
- 37.1.39. Certidão de Inteiro teor Atualizada sob o ID (0059376988);
- 37.1.40. Nota Técnica 5 sob o ID (0054565497);
- 37.1.41. Minuta de Contrato sob o ID (0059389410);
- 37.1.42. Estudo Técnico Preliminar 25 sob o ID (0059357554);
- 37.1.43. Registro de Responsabilidade Técnica - Orçamento 11ºBPM sob o ID (0055332460);
- 37.1.44. Registro de Responsabilidade Técnica - Projeto Arquitetônico sob o ID (0055332610);
- 37.1.45. Justificativa Técnica sob o ID (0059500531);
- 37.1.46. Estudo Topográfico - 11ºBPM sob o ID (0059389028);
- 37.1.47. Termo de Responsabilidade Técnica - Topografia 11ºBPM sob o ID (0059389163); e
- 37.1.48. Estudo de solo sob o ID (0017686132).

Técnico Responsável: <b>MASSILON MARQUES DE CASTRO</b> - 2º Sargento QPPM Engenheiro Civil- CREA 13416 DRO	Elaboração: <b>ELIAS RAMIRES</b> - 1º Sargento QPPM Auxiliar do Departamento de Licitações da CPOF	Revisão: <b>RAFAEL DE OLIVEIRA BATISTA</b> - 1º Tenente QOAPM Chefe do Departamento de Licitações da CPOF
Aprovação: <b>THIAGO RAPHAEL CAMPOS DA SILVA</b> - Coronel QOPM Coordenador de Planejamento, Orçamento e Finanças		
Autorização: <b>REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVERIO</b> - Coronel QOPM Comandante-Geral da Polícia Militar de Rondônia		



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO RAPHAEL CAMPOS DA SILVA**, **Coordenador(a)**, em 24/04/2025, às 09:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regis Wellington Braguin Silverio**, **Comandante-Geral da PMRO**, em 24/04/2025, às 09:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael de Oliveira Batista**, **Tenente**, em 24/04/2025, às 09:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELIAS RAMIRES**, **1º Sargento**, em 24/04/2025, às 09:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Massilon Marques de Castro**, **2º Sargento**, em 24/04/2025, às 09:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0059366807** e o código CRC **D6886A9A**.